



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
Estrutura do Relatório de Gestão.....	4
Itens da Norma que não se Aplicam à Realidade da Unidade.....	4
Itens da Norma para os quais não há conteúdo a ser declarado.....	5
Principais Realizações da Gestão no Exercício.....	5
Principais Dificuldades Encontradas para Realização dos Objetivos Traçados.....	10
CONTEÚDO DO RELATÓRIO.....	10
Conteúdo Geral.....	10
Informações sobre o Planejamento e a Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.....	13
Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos.....	44
Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	44
Informações sobre recursos humanos da unidade.....	44
Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviço.....	49
Indicadores gerenciais de recursos humanos.....	50
Informação sobre as transferências.....	50
Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas.....	51
Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	51
Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	52
Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.....	53
Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	56
Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	58
Informações sobre Renúncia Tributária.....	58
Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	58
Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada.....	78
Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário.....	78
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	83

1. INTRODUÇÃO

As diretrizes anteriormente traçadas pelos que me antecederam e em execução no período considerado, têm sido aperfeiçoadas e detalhadas, na dinâmica natural da Administração, e à vista das novas realidades e circunstâncias que se impõem, tarefa singularmente levada a efeito pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional.

Como meta-síntese, sempre com vistas a homenagear a transparência das ações, não se tem olvidado de perseguir a melhoria da qualidade dos serviços, imprimindo celeridade às atividades administrativas e aos procedimentos eleitorais, juntamente com o preparado corpo técnico-administrativo deste Tribunal.

Assim, em tempos de crescente demanda por serviços públicos de qualidade e de recursos cada vez mais escassos, exige-se a melhor racionalização dos serviços e o constante aperfeiçoamento do desempenho institucional.

Nesse sentido, este Tribunal formalizou seu processo de Planejamento Estratégico, devidamente aprovado pelo Pleno desta Casa, por meio da Resolução TRE-AL nº 14.992, de 17/12/2009, explicitando, em visão de futuro, o seu direcionamento institucional com metas no período 2010-2014.

Referido planejamento, calcado nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, e do próprio Tribunal Superior Eleitoral, busca enquadrar a evolução orgânico-funcional da Instituição, nos atributos de celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade socioambiental, imparcialidade, ética, eficiência e probidade.

1.1. Estrutura do Relatório de Gestão.

O conteúdo do presente relatório estrutura-se dentro do seguinte formato:

-Introdução: Expõe a visão geral do presente relatório, prestando informações complementares ao presente documento;

-Desenvolvimento do conteúdo: Relata os tópicos exigidos pelo Anexo II da Decisão Normativa n.º 107/2010, aplicáveis ao TRE-AL.

-Resultados e conclusões: Dados sobre a atuação desta Unidade frente às metas traçadas, bem como as ações de aperfeiçoamento para o exercício seguinte.

1.2. Itens da Norma que não se Aplicam à Realidade da Unidade (DN TCU nº 107/2010, Anexo II).

Levando em consideração a descrição dos itens do aludido anexo, entende-se que não dizem respeito a este Órgão os seguintes pontos:

-Quanto ao Quadro A, o item 14, pois esta UJ não é arrecadadora de tributos;

-Quanto ao Quadro B, os itens 2 a 5 (conforme indicação do Quadro A1, primeira linha após o cabeçalho), uma vez que este a contabilidade deste Órgão está sob o regime da Lei 4.320/64; O item 2, em especial, apesar de se referir a lei de finanças públicas, não foi assinalado no aludido quadro (A1) para ser informado pelos órgãos do Poder Judiciário

-Quanto ao Quadro C, os itens 02 a 36, pois estão muito especificamente e nominalmente direcionados a outras Unidades. Já o Quadro II.C.1 não é pertinente ao regime da Lei 4.320/64. Os Quadros II.C.4 e 5 (terceirizados irregulares) não vislumbram situações

identificadas que atinjam o orçamento deste Órgão. O Quadro II.C.6 diz respeito apenas à ANCINE. Por último, a parte D está customizada para as empresas Petrobrás e Banco do Brasil S.A. .

1.3. Itens da Norma para os quais não há conteúdo a ser declarado(DN TCU nº 107/2010, Anexo II):

Dos itens que guardam afinidade com as atividades deste Órgão, conforme os que seguem, não se identificou conteúdo a ser declarado:

- Do Anexo II, parte A, o item 3 (reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos), pois tal fato não ocorreu no último exercício;

- Do Anexo II, parte A, o item 13 (utilização de cartões de pagamento do governo federal), uma vez que o uso de cartão corporativo foi proibido, no âmbito da Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE n.º 22.588/2007);

- Do Anexo II, parte B, o item 13 (utilização de cartões de pagamento do governo federal), uma vez que o uso de cartão corporativo foi proibido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE n.º 22.588/2007);

- Do Anexo II, Quadro II.C.4 e II.C. (informação sobre terceirizados irregulares), não abrangem situações identificadas que atinjam o orçamento deste Órgão.

1.4. Principais Realizações da Gestão no Exercício:

1.4.1. Revisão Biométrica do Eleitorado:

Conforme autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de dar maior segurança ao voto informatizado, afastando a possibilidade de fraudes, foi dada sequência à revisão biométrica do eleitorado dos municípios de Jaramataia, Branquinha, Rio Largo, Coité do Nóia, Quebrangulo, São Miguel dos Milagres, Maribondo e Igaci, com a extensão das ações aos municípios de Poço das Trincheiras, Chã Preta e Barra de Santo Antônio. Ressalte-se que, de acordo com a proposição inicial do Tribunal, pretende-se concluir a revisão de todo o eleitorado do Estado de Alagoas ainda no exercício 2011.

1.4.2. Infraestrutura predial:

Não obstante, não se pode olvidar que os serviços essenciais dos cartórios das zonas eleitorais do Interior ainda sofre de disfunções, apesar do incansável labor dos juízes, promotores e, especialmente, de seus servidores, mormente no que toca à precariedade dos espaços físicos e estruturas prediais e, ainda, mobiliário inadequado.

Assim, prossegue a Administração no compromisso de viabilizar a melhoria das instalações e espaços dos diversos cartórios eleitorais, tendo sido locadas e adquiridas novas sedes para os cartórios eleitorais.

Obra importante e funcional, o prédio do Fórum Eleitoral de Major Isidoro, sede da 31ª Zona, foi inaugurado dia 26 de março último, estando a construção do Fórum Eleitoral de Palmeira dos Índios ora em andamento, malgrado diversos óbices enfrentados.

No que concerne ao desenvolvimento de uma política imobiliária para os cartórios eleitorais do Estado, registre-se que foram locados mais 13 imóveis, para servirem de sedes da 35ª ZE (Junqueiro), 44ª ZE (Girau do Ponciano), 36ª ZE (Limoeiro de Anadia), 14ª ZE (Porto Calvo – convertida em aquisição do mesmo imóvel), 52ª ZE (Matriz de Camaragibe), 7ª ZE (Coruripe), 42ª ZE (Olho D'Água das Flores), 33ª ZE (Porto de Pedras), 19ª ZE (Santana do Ipanema), 4ª ZE (Anadia), 37ª ZE (Porto Real do Colégio), 11ª ZE (Pão de Açúcar) e 5ª ZE

(Viçosa). Tais medidas, como se já comprova, permitem uma melhor prestação do serviço eleitoral, com mais conforto aos servidores e juízes eleitorais.

Nesse campo, cumpre enfatizar as medidas tomadas para se viabilizar o recebimento dos prédios do Fórum Eleitoral de Maceió e do Galpão de Armazenamento de Urnas Eletrônicas, com todas as providências relativas à sanção das pendências construtivas.

Na linha da política imobiliária adotada pelo Tribunal, adquiriu-se um imóvel, na cidade de Passo de Camaragibe-AL, com o objetivo de sediar o Cartório da 12ª Zona Eleitoral. O valor da compra foi de R\$90.000,00, devidamente avaliado pela Secretaria de Patrimônio da União.

1.4.3. Implantação do Ponto Eletrônico:

Através da Resolução n.º 15.056, de 15 de setembro de 2010, foi implementado o controle eletrônico da frequência dos servidores, com uso de equipamento instalado nos respectivos locais de trabalho (Edifício-sede, Fórum Eleitoral, cartórios, unidades anexas). Com essa iniciativa, buscou a Administração modernizar seus instrumentos de controle, adotando prática já consagrada na Administração Pública Federal.

1.4.4. Concurso público:

Em face das necessidades detectadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, foi realizado concurso público em 2010, para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva, tendo as providências inerentes à sua organização tendo sido iniciadas em 2009, com a constituição de comissão específica pra tal fim, inclusive a contratação da renomada Fundação Carlos Chagas.

No concurso, foram ofertadas vagas para os cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa (2 vagas), Analista Judiciário - Área Judiciária (1 vaga) e Técnico Judiciário, para proverem os claros que têm sido gerados com o dinâmico movimento dos quadros de pessoal, especialmente nos cartórios do interior do Estado.

Também foram aquinhoadas vagas para Analista Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Contabilidade (1 vaga) e, atendendo necessidade que já vinha de longa data, a vaga para Analista Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Engenharia Civil (1 vaga). Todos foram nomeados e empossados no exercício anterior, dentro do número de vagas disponíveis.

1.4.5. Voto do preso provisório:

Em face de recomendação prevista na Resolução nº 22.190/2006, do Tribunal Superior Eleitoral, e observando a necessidade de se assegurar o voto aos presos provisórios, reconhecendo e efetivando, numa “ação afirmativa”, um direito do cidadão, este Tribunal aprovou as Resoluções nº 14.922/2009 e nº 15.017/2010 que, prevendo parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e demais órgãos integrantes da segurança pública do Estado, proporcionou o voto dos presos provisórios custodiados em Maceió e em Arapiraca, respectivamente, com vistas às Eleições Gerais de 2.010.

Graças ao apoio decisivo das instâncias envolvidas, destacando-se o labor dos Cartórios Eleitorais da 54ª e da 22ª Zona, respectivamente, a iniciativa foi coroada com êxito.

1.4.6. Investimentos em infraestrutura computacional:

A aquisição de equipamento do tipo *blade* realizada no ano de 2010 faz parte de planejamento estratégico da área de TI, tendo por objetivo garantir a alta disponibilidade dos recursos e dos serviços informatizados deste Regional por meio da virtualização de servidores computacionais.

É preciso ter em mente que os serviços informatizados representam direta (atendimento on-line do eleitor) ou indiretamente (confecção de expedientes em editores de texto) a quase totalidade dos serviços prestados e, sendo assim, o objetivo de garantia de alta disponibilidade dos recursos e serviços informatizados é indelevelmente identificado com a garantia da própria prestação do serviço ao público, particularmente ao eleitor e à democracia brasileira.

Se por um lado poder-se-ia, a primeira vista, questionar seu alto investimento, cerca de R\$ 160.000,00, é preciso conhecer ou reconhecer os ganhos de segurança, de performance, de garantias de redundâncias, de facilidade e de flexibilidade de gerenciamento, de redução direta no consumo de energia se comparado ao número total de máquinas reais que o mesmo substitui, de redução indireta no consumo de energia pela menor demanda dos sistemas de refrigeração em virtude do menor calor dissipado.

Ademais, o equipamento atualmente em uso substitui a aquisição doutros 30 equipamentos servidores de pequeno e médio porte, a um custo médio per capita de R\$ 12.000,00, ou seja, representou economia direta de R\$ 200.000,00.

O TCO (Total cost of ownership) ou custo total da posse do blade é muito menor se comparado à utilização de servidores individuais, otimizando a administração por meio da centralização do gerenciamento, também necessitando de menos recursos humanos devido à maior produtividade alcançada.

Ganha-se organização em termos físicos, com eliminação de cabeamento e diminuição do espaço físico necessário para a sua operação.

A dissipação de calor é diminuída à uma fração, reduzindo, ainda, o consumo de energia elétrica proveniente de sistemas de condicionamento de ar.

Diminuição de gastos com equipamentos supridores de energia elétrica (serão necessários nobreaks de menor capacidade, e por consequencia menor custo) , dada a menor demanda por consumo de energia elétrica.

Para acompanhar a otimização conseguida, se torna necessário equipamento storage à altura em termos de desempenho.

1.4.7. Atividades diversas:

Priorização do Programa Mesário Voluntário - Eleições 2010. Envio, para todas as Zonas Eleitorais, de um questionário com 11 (onze) perguntas formuladas para que a Escola Judiciária Eleitoral estivesse inteirada das dificuldades das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior na convocação de mesários, principalmente Mesários Voluntários.

Durante o mês de fevereiro, a Secretária entregou o Ofício e a Minuta às 12 instituições de ensino superior que, após consultadas, demonstraram interesse em participar do Programa Mesário Voluntário.

No dia 19 de março, foi realizada uma reunião com a seguinte finalidade: apresentação do programa Mesário Voluntário – Eleições 2010, para as instituições de ensino superior que não tinham o acordo de cooperação mútua entre o TRE/AL e as antigas parceiras.

Participação nas Palestras solicitadas pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, com a Campanha “Se Liga 16!”, que tem por objetivo incentivar os jovens a votar com 16 (dezesseis) anos nos seguintes locais: Instituto Federal em Maceió; Rádio FM, em Delmiro Gouveia, tendo a participação das Escolas Estaduais: Wattson Ribeiro, Delmiro Gouveia, Francisca Rosas e Luiz Augusto; Arapiraca, no Pró-Jovem Adolescente; na Escola Municipal Professora Marinete Neves, também em Arapiraca.

No período de 28 a 30 de abril de 2010, a Diretora desta Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas participou em Brasília do Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Eleitoral – Principais Inovações Legais e Jurisprudências para as Eleições de 2010, realizado pela Escola Nacional da Magistratura – ENEM.

Participação, em parceria com a Comissão de Educação Ambiental deste Tribunal, do II Ciclo de Palestras sobre o Meio Ambiente, nos dias 27 e 28 de maio, no horário das 8h às 12h.

No dia 27 de maio de 2010, no Auditório da OAB/AL, o portal jurídico Datajus celebrou o seu primeiro aniversário, promovendo o Seminário de Direito Eleitoral. A Escola Judiciária Eleitoral se fez presente, sendo representada pela Secretária, que proferiu uma Palestra com o tema “Atualização do Processo Eleitoral: Processo Biométrico”.

Participou como parceira no VII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral promovido pela ALMAGIS (Associação Alagoana de Magistrados), no período de 03 a 05 de junho de 2010.

A Escola Judiciária Eleitoral esteve presente, em parceria com o Controle Interno deste Tribunal, no Treinamento sobre Financiamento de Campanhas Eleitorais e Prestações de Contas-Eleições, realizado no Auditório deste Tribunal nos dias 9 e 11 de junho de 2010.

No dia 07 de junho de 2010, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas assinou convênio com outra Faculdade, Instituto de Ensino Superior Santa Cecília – IESC, de Arapiraca, com finalidade de instituir parceria entre o TRE e aquela Instituição para a execução do Programa de Mesário Voluntário.

Recebimento de e-mail de candidatos a Mesário Voluntário, que foram repassados para os Cartórios das respectivas zonas eleitorais, para cadastros do próximo pleito.

Ainda no mês de junho, servidores indicados visitaram (nos turnos matutino, vespertino e noturno) às faculdades, conveniadas com o TRE/AL na execução Programa Mesário Voluntário, para conscientização da importância do jovem no processo eleitoral.

O Programa Mesário Voluntário, nessas Eleições 2010, contou com o significativo número de 3.012 (três mil e doze) estudantes, em expressivo aumento em relação ao ano de 2008, em que se contou com a participação de 194 (cento e noventa e quatro) estudantes inscritos.

Os servidores que atuam na EJE-AL participaram de seminários, com o tema “Voto Consciente”, proferindo palestras em vários municípios do interior do Estado, conjuntamente com a Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos. As palestras ocorreram nos seguintes locais: Penedo, União dos Palmares, na Secretaria Municipal de Educação; Maragogi, Viçosa, Quebrangulo.

Enviou, para os municípios que participaram do sistema de urna biométrica, os 12 (doze) DVDS, de treinamento de biometria das Eleições 2010, oriundos do Tribunal Superior Eleitoral.

Solicitação da contratação de serviços gráficos para a impressão da quantidade de 500 (quinhentos) exemplares da Revista do Tribunal Regional Eleitoral.

Participação do Seminário de Direito Eleitoral, no Instituto Superior de Ensino Santa Cecília – IESC em Arapiraca, com as presenças da Secretária e da Diretora desta Escola como palestrantes, com os temas: “Capacitação Ilícita de Sufrágio e Aspectos Tecnológicos da Biometria e Segurança da Urna Eletrônica.”

Levantamento de todos os bens que estão sob a responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral.

Participação das servidoras e da Diretora da EJE-AL nas ações itinerantes para a emissão de títulos do Programa Justiça Solidária, nos dias 02,03, 06, 10 e 11 de agosto. As itinerantes aconteceram nos municípios de Paulo Jacinto, Viçosa, Atalaia, Campestre e Jundiá.

Participação das servidoras da EJE-AL no treinamento aos mesários convocados para os trabalhos eleitorais nos municípios de Taquarana e Maribondo.

Organização do Curso de Atualização para Magistrados e Membros do Ministério Público em Direito Eleitoral. O Curso ocorreu nos dias 13/09 e 14/09/2010, no Auditório da Escola Superior da Magistratura- ESMAL, e foi promovido por esta Escola Judiciária em conjunto com o Ministério Público Estadual.

Em setembro de 2010, em parceria com o Fórum Permanente de Combate às Drogas, participou de uma campanha com o tema: “Vote Limpo, sem Drogas.”

Em setembro, foram realizadas palestras para os estudantes do SESI, com o tema “Voto consciente.” Palestrantes: servidoras da EJE-AL.

Participação em reuniões com a articuladora da Fundação ABRINK e da UNICEF, para implantação do Projeto Eleitor Jovem, no ano de 2011, no dia 06 de outubro de 2010, e para a Palestra “Voto Consciente e Participe Efetivamente da Construção do Brasil dos Nossos Sonhos.” A palestra teve a participação efetiva de jovens de 16 e 17 anos do Programa Eleitor Jovem e foi realizada no município de Arapiraca, no dia 19 de outubro de 2010.

Solicitação do número de estagiários a serem contratados por este TRE, e qual a lotação específica para cada unidade, a fim de dar início aos contatos com as instituições alagoanas de ensino.

Participação da Diretora da EJE-AL, em Brasília-DF, do Curso “O Novo Código de Processo Civil, promovido pela Escola Nacional de Magistratura.

Organização das revistas do TRE/AL.

Agendamento de 10(dez) oficinas para o ano letivo de 2011, para o Programa Eleitor do Futuro, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

No dia 11 de dezembro, a Secretária desta EJE participou na Justiça solidária, no Conjunto João Sampaio II, no Benedito Bentes I, no horário das 08 às 17 horas, finalizando, assim, as atividades de 2010.

1.5. Principais Dificuldades Encontradas para Realização dos Objetivos Traçados:

É de se evidenciar que a maioria das Zonas Eleitorais, ainda, ressenete-se das deficiências de ordem estrutural e pessoal que estão a interferir na sua prestação jurisdicional, em disfunção dos seus serviços.

É fato que ainda existem muitos Cartórios Eleitorais instalados em prédios alugados ou em Foros das Comarcas, com espaços reduzidos e inadequados às exigências do serviço eleitoral.

Em que pese os Cartórios Eleitorais possuírem quadro próprio, quase sempre compostos por um Analista Judiciário e um Técnico Judiciário, é de se evidenciar a premente necessidade de, pelo menos, tentar-se equalizar o número de Servidores em Cartórios Eleitorais de densidade eleitoral aproximada, para se evitar discrepâncias como as existentes entre os Cartórios desta capital e os das 22ª e 55ª Zonas Eleitorais, com sede no município de Arapiraca.

É de se registrar, também, que a justiça Eleitoral, no âmbito dos 1º e 2º graus, ainda se serve de um quadro emprestado de Servidores. Apenas a título de ilustração, cito os Oficiais de Justiça, de forma que é primordial a implementação de ações com vistas a criação de um quadro permanente de pessoal para essa atividade tida, essencialmente, como fim da justiça eleitoral.

2. CONTEÚDO DO RELATÓRIO

2.1. Conteúdo Geral (QUADRO “A” - ANEXO II – DN TCU 107/2010).

2.1.1. Informações de Identificação da Unidade:

Poder e Órgão de vinculação	
Poder: Judiciário/Função essencial à Justiça	
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral	Código SIORG: Não possui.
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	
Denominação abreviada: TRE-AL.	

Código SIORG: Não possui.	Código LOA: 14103	Código SIAFI: 070011
Situação: Ativa.		
Natureza Jurídica: Órgão Público.		
Principal Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/JUSTIÇA		Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	(082) 2122-7700	(082) 2122-7771 - FAX
Endereço eletrônico: faleconosco@tre-al.gov.br		
Página da Internet: http://www.tre-al.gov.br		
Endereço Postal: Praça Visconde de Sinimbu, s/n, Centro, Maceió-AL, CEP 57.020-720.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto-lei Federal n.º 7.586, de 28 de maio de 1945.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – Resolução TRE/AL n.º 12.908, de 19/12/96 (publicada no DOE de 20/12/96; republicada no DOE de 24/04/97); Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – Resolução n.º 12.738, de 18/03/1996 (DOE de 30/03/96); Membros do Pleno do Tribunal: Constituição Federal de 1988, art. 120, §§ 1º e 2º; Juizes Eleitorais: art. 32 do Código Eleitoral – Lei n.º 4.737/65, de 15 de julho de 1965; Promotores Eleitorais: art. 79 da Lei Complementar n.º 75, de 20/05/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União; Cargos da Secretaria do Tribunal: Leis n.º 6.082, de 10/07/1974; 7.372, de 24/09/1985; 7.645 de 18/12/1987; 8.868, de 14/04/1994; Lei n.º 11.202/2005; Resolução TRE-AL n.º 14.200/2006; Cargos dos Cartórios Eleitorais: Lei n.º 10.842/2004, Lei n.º 11.202/2005 e Resolução TRE-AL n.º 14.254/2006; Resolução TRE/AL n.º 14.137/2005 (alteração do regulamento); Resolução n.º 14.195/2006 (nova estrutura orgânica); Resolução n.º 14.425/2007(alteração do regulamento); Resolução n.º 13.917/2003 (Escola Judiciária Eleitoral); Portaria da Presidência n.º 482/2003; Resolução n.º 14.624/2007 (alteração do regulamento); Resolução n.º 14.992/2009 (Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no período de 2010 a 2014, e dá outras providências); Resolução n.º 14.980/2009 - Institui o Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas (DEJEAL) e dá outras providências; Resolução n.º 14.974/2009 - Dispõe sobre exclusão da especialidade de Telefonia do cargo de técnico Judiciário - Área Administrativa; Resolução n.º 14.967/2009 (Aprova alterações na denominação de unidades integrantes da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas); Resolução n.º 14.954/2009 (Altera o art. 48 do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE/AL n 12.908) e acrescenta o parágrafo único ao mesmo artigo); Resolução n.º 14.940/2009 (Regulamenta a licença para capacitação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas); Resolução n.º 14.926/2009 -Dispõe sobre a padronização dos procedimentos atinentes às prestações de contas partidárias anuais no âmbito da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação e das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e dá outras providências; Resolução n.º 15.104/2010 - Altera a Resolução n.º 14.747/200, 11 de junho de 2008, que dispõe sobre o reembolso aos Oficiais de Justiça pelas despesas efetuadas no cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral em Alagoas; Resolução n.º 15.056/2010 - Dispõe sobre o horário de funcionamento da Justiça Eleitoral de Alagoas, a jornada de trabalho e o controle eletrônico de frequência (Ponto eletrônico) dos servidores; Resolução n.º 15.038/2010 - Dispõe sobre a instituição do Programa de Estágio para estudantes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e dá outras providências; Resolução n.º 15.021/2010 - Dispõe sobre a Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (TI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no período de 2010 a 2014; Resolução n.º 15.020/2010 - Dispõe sobre a utilização do sistema informatizado de acompanhamento de documentos e processos a ser observada no âmbito da Justiça Eleitoral em Alagoas; Resolução n.º 15.008/2010 - Dispõe sobre a concessão de prioridade na tramitação de processos, procedimentos, execução de atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade Igual ou superior a 60 (sessenta) anos;		

Resolução nº 15.070/2010 - Altera o inciso XIII do art. 57 da Resolução TRE-AL n.º 12.738, de 18 de março de 1996 (Regulamento da Secretaria); Portaria n.º 751/2007 (estabelece competências na utilização do sistema de cotação eletrônica); Portaria n.º 379/2007 (ordenador de despesas substituto – Autorização de Ordem Bancária Remota e Assinatura de Relação de Ordens Bancárias Externas); Portaria n.º 595/2007 (autorização ao Secretário de Administração de homologar Pregões no Sistema COMPRASNET) e Portaria n.º 723/2006 (Publicada no Diário Oficial de 21 de agosto de 2006); Portaria n.º 01/2010 – Coordenadoria de Controle Interno (Incluir no Anexo I da Ordem de Serviço nº 04, de 16 de junho de 2010, que trata de suprimento de fundos, da Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas); 203/2010 - Normas sobre a atuação dos Pregoeiros do TRE/AL; Ordens de Serviço: 01/2009 - Presidência - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas unidades administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas quando da requisição de apoio logístico e administrativo à Secretaria de Administração; 02/2009 – Presidência - Dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais ou sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, bem como sobre os procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de sinistro; 03/2009 – Presidência - Adota medidas para que o Programa de Educação Ambiental seja desenvolvido como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, relativamente ao uso racional dos recursos e no combate ao desperdício, visando ao processo de implementação da A3P; 04/2009 - Presidência - Determina, no âmbito da Justiça Eleitoral de Alagoas, a recusa quanto ao recebimento de citações, notificações e intimações judiciais em que a União seja interessada (autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida) 05/2009 - Presidência - Dispõe sobre a substituição de funções comissionadas e de cargos em comissão, bem como sobre a convalidação de atos, no âmbito da Justiça Eleitoral em Alagoas; 06/2009 - Presidência - Dispõe sobre o encaminhamento de documentos recebidos no Serviço de Protocolo às unidades administrativas do Tribunal e adota outras providências; 08/2009 - Presidência Dispõe sobre fornecimento de arquivos de áudio das Sessões de Julgamento e dá outras providências; 01/2010 - Presidência - Disciplina o ressarcimento de despesa com transporte, nos deslocamentos em objeto de serviço, quando da utilização de meio próprio de locomoção, por magistrado ou servidor; 02/2010 - Presidência - Dispõe sobre a estimativa de preços para futuras aquisições de materiais de consumo ou permanente e contratações de serviços no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas; 03/2010 - Presidência - Dispõe sobre as medidas de movimentação, controle e responsabilidades de Bens deste Tribunal, revogando a OS nº 07/2004; 04/2010 - Presidência - Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos, sua aplicação e comprovação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; 05/2010 - Presidência - Dispõe sobre a rotina de registro de inquéritos policiais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; 06/2010 - Presidência - Estabelece normas e procedimentos relativos ao trâmite das solicitações de autorização e de pagamento de serviço extraordinário, institui formulários próprios para esses fins, no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências; 07/2010 - Altera a Ordem de Serviço nº 010/2007, de 26 de novembro de 2007, da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, que Dispõe sobre a atuação da Coordenadoria de Controle Interno (COCIN) relativamente aos procedimentos administrativos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; 08/2010 - Estabelece normas e procedimentos relativos à prestação de serviços odontológicos no âmbito da Coordenadoria de Assistência Médica e Odontológica, no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências; 09/2010 - Disciplina o envio de relatórios contendo recomendações emitidas pela Coordenadoria de Controle Interno.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual SIAFI; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 2a. Edição.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
70001	Tribunal Superior Eleitoral

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
70011	0001

2.2. Informações sobre o Planejamento e a Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.

2.2.1.1. Responsabilidades institucionais da unidade:

1. Competência Institucional:

Nos termos do Planejamento Estratégico 2010 a 2014, instituído por meio da Resolução nº 14.992, de 17 de dezembro de 2009, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas tem a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, tendo como visão a consolidação da credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.

Os atributos de valor para a sociedade considerados para a consecução da sua competência institucional distinguem-se pela celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

A competência institucional do TRE-AL consta nos artigos 17 e 18 (competências privativas) da Resolução n.º 12.908/1999 (Regimento Interno), atualizada até a Resolução 14.197, de 20 de junho de 2006, transcritos abaixo:

“Art. 17. Compete ao Tribunal Regional, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - processar e julgar, originariamente:

a) o registro e o cancelamento do registro dos candidatos a Governador, Vice-Governador, membro do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa;

b) o registro e o cancelamento do registro dos órgãos dirigentes estaduais e municipais dos partidos políticos, ressalvada a hipótese prevista no art.19, XXIII, deste Regimento ;

c) os conflitos de competência entre Juízes Eleitorais do Estado;

d) a suspeição ou impedimentos opostos aos seus membros, ao Procurador Regional e aos funcionários da sua Secretaria, assim como aos Juízes e escrivães eleitorais;

e) os crimes eleitorais cometidos por Juiz Eleitoral e Prefeitos Municipais;

f) o relatório final do Corregedor Regional relativo a investigação judicial instaurada para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade;

g) as ações de impugnação e cassação de mandato propostas contra candidato a mandato de Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal ou Deputado

Estadual;

h) o habeas corpus, habeas data e mandado de segurança em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que, na justiça comum, estejam sob jurisdição do Tribunal de Justiça; ou, ainda, o habeas corpus, quando houver perigo de se

consumar a violência antes que o Juiz competente possa prover sobre a impetração;

i) as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos;

j) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos Juízes Eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo.

II. julgar os recursos interpostos dos atos ou decisões:

a) do Presidente do Tribunal;

b) dos Relatores de processos;

c) do Corregedor Regional;

d) das Juntas Eleitorais e Turmas Apuradoras do Tribunal;

e) dos Juízes Eleitorais.

Parágrafo único. As decisões do Tribunal Regional são irrecorríveis, salvo nos casos dos arts. 276 do Código Eleitoral e 121, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 18. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Regional:

I. eleger seu Presidente;

II. empossar seu Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Juízes efetivos;

III. elaborar seu Regimento, interpretá-lo, emendá-lo e reformá-lo;

IV. organizar sua Secretaria e a Corregedoria Regional, provendo-lhes os cargos na forma da lei, e propor ao Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V. conceder aos seus membros e aos Juízes Eleitorais licença e férias, assim como afastamento do exercício dos cargos efetivos, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, submetendo, quanto àqueles, a decisão à aprovação do Tribunal Superior Eleitoral;

VI. justificar as faltas dadas pelos Juízes e Escrivães Eleitorais, até 4(quatro) por mês, desde que se tenham verificado por motivo relevante;

VII. fixar a data das eleições de Governador e Vice-Governador, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

VIII. indicar ao Tribunal Superior Eleitoral as Zonas Eleitorais ou seções em que a contagem dos votos deva ser feita pela mesa receptora;

IX. apurar, com os dados parciais enviados pelas juntas eleitorais, através da Comissão Apuradora do Tribunal, os resultados finais das eleições federais e estaduais;

X. responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade ou partido político;

XI. dividir a respectiva circunscrição em Zonas Eleitorais, submetendo essa divisão, assim como a criação de novas zonas, à aprovação do Tribunal Superior;

XII. proceder à designação do Juízo ao qual deva incumbir o serviço eleitoral, onde houver mais de uma vara, bem como aprovar a designação do Ofício de Justiça que deva responder pela escrivania eleitoral durante o biênio;

XIII. diplomar os eleitos para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, de membros do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa,

remetendo, dentro de 10 (dez) dias, ao Tribunal Superior Eleitoral, cópia dos atos de seus trabalhos;

XIV. requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal;

XV. aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 (trinta) dias aos Juízes Eleitorais;

XVI. requisitar funcionários da União e do Estado, no caso de acúmulo ocasional de serviço de sua Secretaria;

XVII. cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções do Tribunal Superior;

XVIII. determinar a organização do fichário eleitoral do Estado;

XIX. determinar, em caso de urgência, providências para a execução da lei na circunscrição;

XX. suprimir os mapas parciais de apuração, mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) da decisão do Tribunal Regional, qualquer candidato ou partido político poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração somente será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelo Tribunal Regional, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar, acompanhados das sugestões e impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior.

XXI. fixar dia e hora das sessões ordinárias e convocar sessões extraordinárias;

XXII. representar ao Tribunal Superior sobre qualquer medida necessária ao bom funcionamento dos serviços eleitorais;

XXIII. expedir instruções para a fiel execução das leis eleitorais;

XXIV. determinar a realização de novas eleições e apurá-las, quando de sua competência, constituindo turmas, sob a presidência de cada um de seus membros;

XXV. constituir a Comissão Apuradora nas eleições estaduais e federais;

XXVI. determinar, no caso de pluralidade de inscrições de eleitores em zonas diferentes, a instauração de processos de cancelamento, estabelecendo a competência jurisdicional para instrução e julgamento dos mesmos;

XXVII. mandar riscar, ex officio, ou a requerimento da parte ofendida, as expressões ou conceitos desprimorosos encontrados nos autos sujeitos ao seu conhecimento;

XXVIII. resolver as dúvidas que lhes forem submetidas pelo Presidente ou pelos Juízes, sobre ordem de serviço ou interpretação e execução deste Regimento e do da Secretaria;

XXIX. determinar a remessa de cópias autenticadas às autoridades competentes para os devidos fins, quando em autos ou papéis que conhecer, descobrir crimes de responsabilidade ou comum, em que caiba a ação pública, devendo, nos casos de sua competência, ordenar que se dê vista ao Procurador Regional Eleitoral para formular a denúncia ou requerer o que for de direito.”

2. Objetivos estratégicos:

Os objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, consoante prescreve o Planejamento Estratégico para o período de 2010 a 2014, estão alinhados em sete temas, que representam processos internos e recursos específicos, conforme o detalhamento a seguir:

- Eficiência Operacional

<p>Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.</p> <p>Descrição do Objetivo: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.</p> <p>Indicadores Relacionados ao Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de congestionamento judicial; • Índice de agilidade nos julgamentos dos processos judiciais; • Prestações de contas julgadas no prazo. <p>Projetos Relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal; • Implantação do Diário Eletrônico; • Mapeamento e padronização dos processos internos; • Gestão Documental; • Implantação do SADP Zona.
--

<p>Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.</p> <p>Descrição do Objetivo: Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (responsabilidade ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.</p> <p>Indicadores Relacionados ao Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economicidade. <p>Projetos Relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura predial; • Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal; • Implantação do Diário Eletrônico; • Mapeamento e padronização dos processos internos;

- Gestão Documental;
- Implantação do SADP Zona.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

Descrição do Objetivo:

Garantir o aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, com o objetivo de prevenir ocorrências de erros ou fraudes.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Percentual de urnas eletrônicas substituídas;
- Percentual de eleitores com cadastro biométrico.

Projetos Relacionados:

- Infraestrutura predial;
- Rezoneamento Eleitoral.

Objetivo Estratégico:

Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

Descrição do Objetivo:

Promover a integração e a padronização dos procedimentos das eleições.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de implementação do planejamento integrado de eleição

Projetos Relacionados:

- Mapeamento e padronização dos processos internos;
- Rezoneamento Eleitoral.

– Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Aproveitamento das boas práticas de gestão do Poder Judiciário.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa.

<p>Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências internamente.</p> <p>Descrição do Objetivo: Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências internamente, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.</p> <p>Indicadores Relacionados ao Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento das boas práticas de gestão do TRE-AL. <p>Projetos Relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de política de comunicação interna e externa; • Implantação do banco de boas práticas.

– Atuação Institucional

<p>Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.</p> <p>Descrição do Objetivo: Fortalecer a integração da Justiça Eleitoral com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).</p> <p>Indicadores Relacionados ao Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de parcerias com resultados concretos. <p>Projetos Relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de política de comunicação interna e externa; • Voto do preso provisório; • Programa de Estágio de Estudantes.
--

<p>Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com públicos externos.</p> <p>Descrição do Objetivo: Aprimorar a comunicação com público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.</p> <p>Indicadores Relacionados ao Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentual de disponibilização da íntegra das decisões (acórdãos e resoluções) proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas na Internet; • Nível de informação no momento do voto;

- Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas na Internet;
- Índice de implantação do plano de comunicação institucional.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Implantação do Diário Eletrônico.

– Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Voto do preso provisório;
- Trabalho de ex-presidiário nos Cartórios Eleitorais e Secretaria do TRE-AL;
- Reformulação do Projeto Mesário Voluntário;
- Reformulação do Projeto Eleitor Jovem;
- Reformulação do Projeto Eleitor do Futuro.

Objetivo Estratégico:

Melhorar a relação com o meio ambiente.

Descrição do Objetivo:

Promover ações no sentido de preservar os recursos naturais, conscientizar as pessoas e reduzir o impacto ambiental das atividades da Justiça Eleitoral.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência à agenda ambiental.

Projetos Relacionados:

- Implantação do Diário Eletrônico;
- Gestão Documental;
- Qualidade de Vida.

– Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

Descrição do Objetivo:

Garantir que os Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências organizacionais;

Projetos Relacionados:

- Perfil de Competências;
- Mapeamento e padronização dos processos internos;
- Implantação do Banco de Boas Práticas.

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento e motivação dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas;
- Clima organizacional.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Infraestrutura predial;
- Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Qualidade de Vida;
- Check-up Médico.

Objetivo Estratégico:

Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

Descrição do Objetivo:

Analisar e adequar o quantitativo e o perfil de competências de servidores da Justiça Eleitoral, bem como reduzir a dependência de requisitados e terceirizados.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Cartórios com quantitativo adequado de servidores;
- Índice de implantação do plano de capacitação.

Projetos Relacionados:

- Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Perfil de Competências;

• Trabalho de ex-presidiário nos Cartórios Eleitorais e Secretaria do TRE-AL.

– Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais (instalações, mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário Eleitoral, garantindo aos Magistrados e Servidores condições com saúde e segurança, além de proteção e manutenção dos bens materiais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Índice de adequação das instalações físicas.

Projetos Relacionados:

• Infraestrutura predial.

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI).

Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia (eleitorais, administrativos e judiciais).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Índice de disponibilidade de sistemas on-line.

Projetos Relacionados:

• Implantação de nova plataforma de *backbone* secundário.

– Orçamento

Objetivo Estratégico:

Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos para alcançar as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Alocação do orçamento estratégico;

• Índice de execução orçamentária.

Projetos Relacionados: • Orçamento Estratégico.
--

2.2.1.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

1. Análise do andamento do plano estratégico:

A análise do plano é desenvolvida a partir da mensuração periódica de 27 específicos indicadores, a seguir relacionados, que decorrem do cálculo de índices próprios e da execução de projetos, nos termos definidos em cada objetivo estratégico.

1. ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO .
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
O que mede: O percentual de recursos alocados para a execução das iniciativas previstas no planejamento estratégico.
Para que medir: Avaliar o grau de aderência do orçamento à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
2. ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
O que mede: Relação entre a parcela não executada do orçamento no ano corrente e a parcela não executada do orçamento no ano anterior
Para que medir: Verificar o grau de capacidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas para executar os recursos programados
3. ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE.
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura de TI.
O que mede: A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI.
Para que medir: Para garantir o máximo de disponibilidade de sistemas essenciais.
4. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.
O que mede: A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pela justiça eleitoral alagoana.
Para que medir: Para priorizar investimentos em obras/reformas que subsidiem a melhoria dos espaços físicos do trabalho.

5. CARTÓRIOS COM QUANTITATIVO ADEQUADO DE SERVIDORES.
Objetivo Estratégico: Adequar o quadro funcional às necessidades Institucionais.
O que mede: O percentual de cartórios eleitorais com quantitativo de servidores aderente ao padrão definido
Para que medir: Para verificar a adequação dos quadros efetivos dos cartórios e subsidiar redistribuição ou criação de cargos.
6. ÍNDICE DE REQUISITADOS NO TRE-AL.
Objetivo Estratégico: Adequar o quadro funcional às necessidades Institucionais.
O que mede: O percentual de servidores requisitados em Cartórios e no Tribunal Regional Eleitoral
Para que medir: Para avaliar a adequação da proporcionalidade da força de trabalho requisitada à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
7. ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS.
Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.
O que mede: O percentual de metas estratégicas alcançadas pelo TRE-AL
Para que medir: Para demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho.
8. CLIMA ORGANIZACIONAL.
Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.
O que mede: Percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho.
Para que medir: Para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo e maximizar as que causam efeito positivo.
9. ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS.
Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.
O que mede: Mede o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
Para que medir: Para avaliar a necessidade de capacitação.
10. ÍNDICE DE ADERÊNCIA À AGENDA AMBIENTAL.
Objetivo Estratégico: Melhorar a relação com o meio ambiente.
O que mede: Adequação do Tribunal às exigências da agenda ambiental.
Para que medir: Para garantir a redução do impacto ambiental

11. NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Objetivo Estratégico: Promover a cidadania.

O que mede: Quantitativo de pessoas que participaram de projetos cujo foco seja o benefício social.

Para que medir: Para avaliar o comprometimento do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas em ampliar sua responsabilidade social

12. PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DA ÍNTEGRA DAS DECISÕES (ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES) PROFERIDAS NO ÂMBITO DO TRE/AL NA INTERNET.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.

O que mede: O percentual de decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas disponibilizadas na íntegra na Internet.

Para que medir: Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo

13. NÍVEL DE INFORMAÇÃO NO MOMENTO DO VOTO.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.

O que mede: Mede o percentual da população avaliada que, no momento de votar, considera-se bem informada quanto aos procedimentos relativos ao exercício do voto.

Para que medir: Para avaliar a eficácia da informação transmitida pela Justiça Eleitoral no sentido de formar eleitores mais conscientes e motivados a votar.

14. PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DA ÍNTEGRA DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DO TRE/AL NA INTRANET.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.

O que mede: O percentual de decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas disponibilizadas na íntegra na Intranet.

Para que medir: Para garantir a disponibilidade de informação ao público interno

15. ÍNDICE DE PARCERIAS COM RESULTADOS CONCRETOS.

Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

O que mede: O percentual de parcerias com os demais Poderes, setores e instituições ou com outros países que produziram resultados concretos para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Para que medir: Avaliar o grau de efetividade das parcerias firmadas pela justiça eleitoral

16. APROVEITAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO TRE-AL.

Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências internamente.

O que mede: Mede o aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas na intranet do TRE-AL

Para que medir: Para garantir a difusão de boas práticas de gestão na Justiça Eleitoral, compartilhando soluções e evitando retrabalho.

17. APROVEITAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO.

Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

O que mede: Mede o aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas no banco do Conselho Nacional de Justiça.

Para que medir: Para garantir a difusão de boas práticas de gestão na Justiça Eleitoral, compartilhando soluções e evitando retrabalho.

18. ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÃO.

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

O que mede: Grau de integração de planejamento das eleições nas diversas unidades do Tribunal.

Para que medir: Para garantir a efetividade do planejamento e uma visão sistêmica do processo eleitoral

19. PERCENTUAL DE URNAS ELETRÔNICAS SUBSTITUÍDAS.

Objetivo Estratégico: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

O que mede: A quantidade de urnas eletrônicas substituídas no dia das eleições (1º e 2º turnos).

Para que medir: Para garantir a qualidade da conservação e logística dos equipamentos utilizados, assim como evitar a possibilidade de votação manual.

20. PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO.

Objetivo Estratégico: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

O que mede: A quantidade de eleitores cadastrados com coleta de foto e digitais em relação ao total da população eleitoral brasileira.

Para que medir: Para melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor para evitar fraudes de identificação.

21. ECONOMICIDADE

Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

O que mede: Mede a redução dos valores gastos em diversas despesas operacionais do tribunal

Para que medir: Para identificar os pontos críticos dos gastos operacionais e buscar alternativas de racionalização.

22. TAXA DE CONGESTIONAMENTO JUDICIAL

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
O que mede: A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.
Para que medir: Verificar a capacidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas de atender à demanda de processos judiciais.

23. ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS.

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
O que mede: O percentual de processos judiciais finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de processos finalizados.
Para que medir: Garantir a efetividade das decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, evitando que a demora do julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto.

24. PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
O que mede: O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro do prazo determinado no calendário eleitoral.
Para que medir: Garantir a agilidade do controle, tendo em vista a relevância dos resultados dos julgamentos.

25. NÍVEL DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA ELEITORAL.

Objetivo Estratégico: Garantir a legitimidade e credibilidade do processo eleitoral.
O que mede: A posição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no ranking do nível de confiança nas instituições.
Para que medir: Para avaliar comparativamente a credibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas com a sociedade brasileira.

26. ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

Objetivo Estratégico: Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.
O que mede: O percentual do plano de capacitação executado anualmente
Para que medir: Garantir a capacitação dos servidores nas competências organizacionais.

27. ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com públicos externos.
O que mede: O percentual do plano de comunicação institucional executado anualmente
Para que medir: Garantir a comunicação institucional ampla

2. Análise do plano de ação referente ao exercício de 2010:

A análise do plano é desenvolvida a partir da mensuração periódica de 27 específicos indicadores, a seguir relacionados, que decorrem do cálculo de índices próprios e da execução de projetos, nos termos definidos em cada objetivo estratégico.

PROJETO: Reformulação do Projeto Mesário Voluntário
1 - Escopo ou finalidade do projeto
Promover a conscientização da importância do voto, por meio de ações continuadas de educação política e melhorar a qualidade do serviço de mesário. O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população e captação de novos mesários voluntários.
2 - Alinhamento Estratégico
Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.
3 - Clientes do Projeto
Universitários e estudantes do Ensino Médio. A gerência do projeto caberá à Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TRE/AL).
4 - Justificativa
Necessidade de desenvolver as finalidades institucionais da Escola Judiciária Eleitoral relacionadas ao público externo. É relevante perceber a baixa instrução e a falta de cultura política no eleitorado alagoano, de modo que a qualidade do voto, baseado em critérios de liberdade de escolha e de consciência da responsabilidade política do cidadão, demandam atividades educativas a fim de proporcionar acesso de informações educativas à população.
5 – Situação em 2010
Desenvolvimento do projeto nas eleições gerais de 2010, nos termos do planejamento estratégico.

PROJETO: Reformulação do Projeto ELEITOR JOVEM
1 - Escopo ou finalidade do projeto
Promover, com ênfase em anos eleitorais, a conscientização da importância do voto para os jovens eleitores. O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional.

Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.

3 - Clientes do Projeto

Eleitores que exercerão o direito de voto pela primeira vez (idade entre 16 e 20 anos).

A gerência do projeto caberá à Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TRE/AL).

4 - Justificativa

Conscientizar os jovens eleitores sobre a importância do voto livre e soberano, bem como acerca das consequências desse poder/dever de eleger pessoas que representarão o povo para um mandato político. Conscientização política no sentido de se evitar a venda do voto.

5 – Situação em 2010

Desenvolvimento do projeto nas eleições gerais de 2010, nos termos do planejamento estratégico.

PROJETO: Reformulação do Projeto ELEITOR DO FUTURO

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Promover a conscientização da importância do voto por meio de ações continuadas de educação de adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos.

O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional.

Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.

3 - Clientes do Projeto

Adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos.

A gerência do projeto será coordenada pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

4 - Justificativa

Necessidade de desenvolver as finalidades institucionais da Escola Judiciária Eleitoral relacionadas aos futuros eleitores, de modo a conscientizá-los, o quanto antes, sobre a importância do voto, consequências, a prevenção contra a corrupção eleitoral.

5 – Situação em 2010

Desenvolvimento do projeto nas eleições gerais de 2010, nos termos do planejamento estratégico.

PROJETO: Implantação do Diário Eletrônico.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

A implantação do Diário Eletrônico tem por fim maior a rapidez na realização de atos processuais que careçam de intimação das partes, além de reduzir gastos com publicações.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Eficiência Operacional / Atuação Institucional / Responsabilidade Social.

Objetivos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar a comunicação com públicos externos / Melhorar a relação com o meio ambiente.

3 - Clientes do projeto

Jurisdicionados.

A gerência do projeto caberá à Secretaria Judiciária.

4 - Justificativa

As publicações e intimações por meio do Diário eletrônico proporcionarão menor prazo para tramitação dos processos e ganhos ambientais.

5 – Situação em 2010

Cumprimento integral do projeto no decorrer de 2010.

PROJETO: Implantação do SADP Zona (Web).

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implantar o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), que sistematiza e informatiza o andamento dos documentos e processos nas Zonas Eleitorais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional

Objetivos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

3 - Clientes do projeto

Cartórios Eleitorais.

A gerência do projeto caberá à Corregedoria Regional Eleitoral.

4 - Justificativa

Não há controle informatizado dos documentos e processos que tramitam pelas Zonas Eleitorais, o que gera grande dificuldade de geri-los e de apresentar estatísticas confiáveis sobre eles.

5 – Situação em 2010

Cumprimento integral do projeto no decorrer de 2010.

PROJETO: Voto do preso provisório.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Garantir aos presos provisórios o direito constitucional de votar.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Atuação Institucional / Responsabilidade Social

Objetivos: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Promover a cidadania.

3 - Clientes do projeto

Presos provisórios.

A gerência do projeto caberá à Direção Geral.

4 - Justificativa

O preso provisório não teve nenhuma penalidade em seus direitos políticos que os impeça de votar, sendo importante/primordial que a Justiça Eleitoral garanta a todos, indistintamente, o exercício desse direito.

5 – Situação em 2010

Desenvolvimento do projeto nas eleições gerais de 2010, nos termos do planejamento estratégico.

PROJETO: Trabalho do ex-presidiário nos Cartórios Eleitorais e Secretaria do TRE/AL

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Contratar EX-PRESIDIÁRIOS, via terceirização de mão-de-obra, para trabalharem nos cartórios eleitorais e na Secretaria do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas.

Objetivos: Promover a cidadania / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 - Clientes do projeto

Ex-presidiários.

A gerência do projeto caberá à Direção Geral.

4 - Justificativa

Os ex-presidiários têm grande dificuldade em se reinserirem na sociedade, pois são vistos com grande discriminação. Ademais, a contratação deles suprirá a carência de pessoal nas zonas eleitorais (serviços administrativos, de limpeza e outros) e na própria Secretaria do TRE/AL. Adicione-se, ainda, que esse projeto está em sintonia com o Projeto COMEÇAR DE NOVO, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

5 – Situação em 2010

Não realizado, mas o objetivo estratégico no qual está inserido este projeto foi observado com o desenvolvimento de outras ações.

PROJETO: Check-up médico.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Estabelecer uma rotina de check-up médico anual.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Servidores do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Coordenadoria de Assistência Médica.

4 - Justificativa

A verificação anual e preventiva da saúde dos servidores permitirá um diagnóstico inicial de possíveis doenças ou divulgará formas de evitá-las, evitando o afastamento do servidor de suas atividades laborais, além de promover o seu bem estar.

5 – Situação em 2010

Não realizado, mas o objetivo estratégico no qual está inserido este projeto foi observado com o desenvolvimento de outras ações.

PROJETO: Ampliação da plataforma VOIP.

1 - Escopo ou finalidade do projeto:

Melhorar a linha de comunicação para viabilizar a utilização da tecnologia VOIP.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

3 - Clientes do projeto

Cartórios eleitorais e unidades do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação.

4 - Justificativa

O volume de ligações telefônicas entre os cartórios e a sede é alto, compensando a instalação do sistema VOIP.

5 – Situação em 2010

Não realizado em 2010, com previsão de substituição dos equipamentos instalados a partir de 2011, observada a necessidade de compatibilidade com a central telefônica em funcionamento no TRE/AL.

PROJETO: Perfil de competências.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implementar o perfil de competências do Tribunal, aqui englobadas as necessárias e existentes.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 - Clientes do projeto

Servidores do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

O perfil de competências é ferramenta fundamental para que a instituição saiba o que detém de conhecimentos e os que são necessários, além de permitir a implantação de um eficaz plano de capacitação.

5 – Situação em 2010

Não realizado, com aplicação prevista a partir de 2011.

PROJETO: Gestão Documental

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto, para implantação da gestão documental, tem por objeto o estabelecimento de tabela de temporalidade, classificação de documentos, métodos de arquivamento e posterior digitalização dos documentos e processos.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional / Responsabilidade Social

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Melhorar a relação com o meio ambiente.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá à Secretaria Judiciária.

4 - Justificativa

Não há, hoje, o estabelecimento de regras de temporalidade de documentos ou métodos de arquivamento, sendo alto o custo para guarda e manuseio desses documentos, além de não haver uma padronização.

5 – Situação em 2010

Iniciada a etapa de capacitação dos servidores.

PROJETO: Infraestrutura predial.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto a definição de modelo padrão de cartório eleitoral e adequar todas os prédios (Secretaria e cartórios) às necessidades institucionais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas / Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia / Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal e público externo.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Administração.

4 - Justificativa

Os prédios da Justiça Eleitoral em Alagoas não têm um padrão definido para os cartórios eleitorais, e muitos de seus edifícios não estão compatíveis com as exigências funcionais e da população (usuários do serviço eleitoral).

5 – Situação em 2010

Iniciadas as devidas iniciativas, com continuidade no decorrer dos anos de 2011 a 2014.

PROJETO: Mapeamento e padronização dos processos internos.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto tem por objeto o conhecimento das rotinas de trabalho e o estabelecimento de padrão para as atividades repetitivas.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições / Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

O mapeamento e padronização dos trabalhos possibilitarão uma eficiência operacional em todas as unidades, bem como facilitará o treinamento dos servidores e o planejamento de qualquer rotina.

5 – Situação em 2010

Iniciada a etapa de capacitação dos servidores para o mapeamento do processo de gestão documental.

PROJETO: Qualidade de vida.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto estabelecer e difundir ideias de melhoria de qualidade de vida.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas.

Objetivos: Melhorar a relação com o meio ambiente / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Servidores e magistrados do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

A crescente presença de situações estressantes e o cuidado com o meio ambiente devem ser alvo de ações para desenvolver ideias e atitudes compatíveis com uma melhor qualidade de vida.

5 – Situação em 2010

Não realizado, com aplicação prevista a partir de 2011.

PROJETO: Implantação do Banco de Boas Práticas.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Estabelecer a troca de experiências bem sucedidas entre as diversas unidades do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Alinhamento e Integração / Gestão de Pessoas.

Objetivo: Fomentar a interação e a troca de experiências internamente / Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

3 – Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 – Justificativa

Algumas grandes ideias, postas em prática por alguns servidores, não são de conhecimento dos demais e poderiam ser também aplicadas em diversas unidades do Tribunal.

5 – Situação em 2010

Não realizado, com aplicação prevista a partir de 2011.

PROJETO: Implantação de Política de Comunicação Interna e Externa.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto a divulgação (interna e externa) dos atos institucionais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Alinhamento e Integração / Atuação Institucional / Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas

Objetivos: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais / Fomentar a interação e a troca de experiências internamente / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Aprimorar a comunicação com públicos externos / Promover a cidadania / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 – Clientes do projeto

Servidores, magistrados e sociedade em geral.

A gerência do projeto caberá à Assessoria de Imprensa.

4 - Justificativa

Diversas são as ações do TRE-AL que não chegam ao conhecimento dos seus servidores e magistrados nem da população. A divulgação de tais ações influenciará positivamente na imagem da instituição e no futuro estabelecimento de parcerias.

5 – Situação em 2010

Em contínua execução desde 2010.

PROJETO: Programa de Estágio de Estudantes.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implementar programa de estágio em algumas unidades do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

3 - Clientes do projeto

Alunos concluintes de cursos superiores.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

Aproximar o cidadão ao TRE-AL; dar oportunidade aos jovens estudantes de ensino superior acerca de experiências e práticas relacionadas à sua formação.

5 – Situação em 2010

Em fase de estudos.

PROJETO: Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto conhecer detalhadamente as unidades administrativas que compõem o Tribunal e reestruturar o Órgão a partir desse levantamento.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 – Clientes do projeto

Unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

Sem o conhecimento detalhado do serviço de cada seção/coordenadoria/secretaria não há como se medir a adequação da força de trabalho disponível, restando por desequilibrada a distribuição dos servidores, seja quantitativa, seja qualitativamente (por competência).

5 – Situação em 2010

Nova estrutura organizacional em funcionamento, com a instituição, no decorrer de 2011, do regulamento que contenha as atribuições dos cargos em comissão e das funções comissionadas que compõem as diversas Unidades Administrativas.

PROJETO: Rezoneamento Eleitoral

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Proporcionar uma melhor distribuição dos municípios alagoanos em zonas eleitorais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

3 - Clientes do projeto

Eleitores.

A gerência do projeto caberá à Presidência do Tribunal.

4 - Justificativa

A atual distribuição zonal em Alagoas está discrepante, com ZE's muito grandes ou com grande número de eleitores, em detrimento de outras, com eleitorado ínfimo ou composta por um único município.

5 – Situação em 2010

Não executado, dada a necessidade de homologação do TSE, que deverá ocorrer em 2011.

PROJETO: Orçamento Estratégico.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Garantir a aprovação dos projetos/ações em prazo suficiente para incluí-los no orçamento.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Orçamento.

Objetivo: Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto
Todas as unidades do Tribunal. A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
4 - Justificativa
Para assegurar a dotação orçamentária necessária, os projetos estratégicos têm de ser aprovados em tempo suficiente para sua inclusão no orçamento e de maneira fundamentada, evitando que sofra cortes orçamentários.
5 – Situação em 2010
Não executado.

PROJETO: Implantação de nova plataforma de <i>backbone</i> secundário.
1 - Escopo ou finalidade do projeto
Melhorar a comunicação de dados, voz, mensageria, controle e priorização de serviços da infraestrutura de rede do TRE-AL.
2 - Alinhamento Estratégico:
Tema: Infraestrutura e Tecnologia. Objetivo: Garantir a infraestrutura de TI.
3 - Clientes do projeto
Unidades do Tribunal e cartórios eleitorais. A gerência do projeto caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação.
4 - Justificativa
A implantação desta nova plataforma irá melhorar a qualidade da comunicação entre os cartórios eleitorais e o Tribunal.
5 – Situação em 2010
Instalado, aguardando conclusão das formalidades contratuais (aceite).

2.2.1.3. Programas de governo sob a responsabilidade da unidade

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Gestão do Processo Eleitoral

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0570	Denominação: Gestão do Processo Eleitoral.
Tipo do Programa: Finalístico.	
Objetivo Geral: Não consta.	
Objetivos Específicos: Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional.	

Gerente: Patrícia Maria Landi da Silva Bastos.		Responsável: Não consta.				
Público Alvo: Eleitores, partidos políticos e sociedade.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
58.213.733,00	74.492.776,23	74.320.490,94	72.260.721,26	2.059.769,68	72.047.744,52	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica.	27/04/10	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Não se aplica.	27/04/10	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						

Fonte: SIAFI.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União.				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Não consta.						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: Não consta.		Responsável: Não consta.				
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargos efetivos, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.403.179,00	5.393.360,00	5.389.770,93	5.389.770,93	0,00	5.389.770,93	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Taxa de comprometimento da receita líquida da União (percentagem)	27/04/10					-
Fórmula de Cálculo do Índice							
Não se aplica.							
Análise do Resultado Alcançado							
Não se aplica.							

Fonte: SIAFI.

Quadro A.2.1 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
02	122	0570	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	A		-	-	-	-
02	122	0570	2272 - Gestão e Administração do Programa - Pessoal	A		-	-	-	-
02	122	0570	2272 - Gestão e Administração do Programa – Custeio e Investimento	A		-	-	-	-
02	128	0570	4091 - Capacitação de Recursos Humanos - Nacional	A	3	Unidade	312	297	350
02	301	0570	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados - Nacional	A	3	Unidade	738	756	738
02	306	0570	2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional	A	3	Unidade	301	299	294
02	331	0570	2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional	A	3	Unidade	62	61	110
02	365	0570	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Nacional	A	3	Unidade	77	81	76
09	272	0089	0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional	A	3	Unidade	29	29	29
02	061	0570	4269 - Pleitos Eleitorais – Nacional – Pessoal	A	-	-	-	-	-
02	126	0570	7832 - Implantação do Sistema de Automação – Nacional	A	-	-	-	-	-

02	122	0570	7217 - Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - No Município de Passo de Camaragibe – AL * cred adic -desp. Empenhada.	P	3	Unidade	1	0	0
----	-----	------	---	---	---	---------	---	---	---

* Os recursos desta ação foram alocados por crédito adicional no final do exercício de 2010, sendo possível apenas o empenho da despesa.

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes					
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação proposta pela UO	48.869.063,00	59.672.445,00	-	-	8.199.532,00	12.893.149,23
PLOA	48.869.063,00	59.672.445,00	-	-	8.199.532,00	12.893.149,23
LOA	48.869.063,00	59.672.445,00	-	-	8.199.532,00	12.893.149,23
Suplementares	9.544.758,00	5.999.593,00	-	-	482.856,00	743.371,00
Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-
Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	142.000,00	283.519,00	-	-	331.625,00	48.320,00
Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	58.271.821,00	65.388.519,00	-	-	8.350.763,00	13.588.200,23

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação Proposta	57.068.595,00	72.565.594,23	1.611.359,00	555.417,00	-	-
PLOA	57.068.595,00	72.565.594,23	1.611.359,00	555.417,00	-	-
LOA	57.068.595,00	72.565.594,23	1.611.359,00	555.417,00	-	-
Suplementares	10.027.614,00	6.742.964,00	482.856,00	354.000,00	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	285.000,00	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Especiais	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Extraordinários	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	473.625,00	331.839,00	274.940,00	-	-	-
Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	66.622.584,00	78.976.719,23	2.104.275,00	909.417,00	-	-

Quadro II.C.2 – Relação de Programas e Ações

Quadro II.C.2 – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	0570	Gestão do Processo Eleitoral	09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
			2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
			2010	Assistência Pré-Escolar
			2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
			2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
			2272	Gestão e Administração do Programa
			4091	Capacitação de Recursos Humanos
	7217	Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais		
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Comentários do responsável:

2.2.1.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Licitação

A.2.8 - DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	2.260.477,54	5.617.099,67	1.497.727,57	3.988.915,79
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	98.900,78	103.391,54	54.036,67	33.543,96
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.161.576,76	5.513.708,13	1.443.690,90	3.955.371,83
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	2.942.657,77	3.762.552,34	1.420.375,15	3.379.864,12
Dispensa	2.349.566,27	1.907.203,57	901.377,76	1.595.707,99
Inexigibilidade	593.091,50	1.855.348,77	518.997,39	1.784.156,13
Regime de Execução Especial	38.996,75	34.226,20	38.996,75	34.226,20
Suprimento de Fundos	38.996,75	34.226,20	38.996,75	34.226,20
Pagamento de Pessoal	59.712.334,85	65.876.329,26	59.712.334,85	65.876.329,26
Pagamento em Folha	59.359.658,95	65.156.568,24	59.359.658,95	65.156.568,24
Diárias	352.675,90	719.761,02	352.675,90	719.761,02
Outros	1.927.345,20	4.162.417,95	2.082.966,04	4.158.180,08

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes

A.2.9 - DESPESA CORRENTE - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	58.052.857,37	61.811.704,09	58.029.348,84	61.586.306,24	23.508,53	225.397,85	58.026.702,76	61.586.306,24
31.90.11	42.459.959,27	43.481.453,03	42.440.651,58	43.481.453,03	19.307,69	-	42.438.005,50	43.481.453,03
31.91.13	7.668,27	6.895.672,95	7.668,27	6.894.172,95	4.200,84	1.500,00	7.668,27	6.894.172,95
31.90.92	2.543.305,98	4.790.941,63	2.543.305,98	4.790.941,63	-	-	2.543.305,98	4.790.941,63
Demais elementos do grupo	13.041.923,85	6.643.636,48	13.037.723,01	6.419.738,63	-	223.897,85	13.037.723,01	6.419.738,63
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	8.178.228,08	8.343.776,79	6.333.357,59	6.961.294,18	1.844.870,49	1.382.482,61	6.181.693,76	6.830.308,75
33.90.39	2.862.843,57	2.521.792,53	1.263.670,04	1.392.449,32	1.599.173,53	1.129.343,21	1.233.588,12	1.368.205,82
33.90.46	1.720.632,79	2.112.917,09	1.720.632,79	2.112.917,09	-	-	1.720.632,79	2.112.917,09
33.90.93	1.174.718,03	1.071.000,90	1.165.413,07	1.070.977,69	9.304,96	23,21	1.157.729,46	1.070.977,69
Demais elementos do grupo	2.420.033,69	2.638.066,27	2.183.641,69	2.384.950,08	236.392,00	253.116,19	2.069.743,39	2.278.208,15

Fonte: Consulta SIAFI e SIAFI GERENCIAL.

Quadro A.2.10 – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A.2.10 - DESPESA DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	657.629,78	807.372,53	377.444,21	558.951,74	280.185,57	248.420,79	375.066,61	525.154,75
44.90.52	598.725,67	742.520,61	363.404,21	514.084,42	235.321,46	228.436,19	361.026,61	480.287,43
44.90.39	-	60.312,92	-	40.328,32	-	19.984,60	-	40.328,32
44.90.30	-	4.539,00	-	4.539,00	-	-	-	4.539,00
Demais elementos do grupo	58.904,11	-	14.040,00	-	44.864,11	-	14.040,00	-
5 – Inversões Financeiras	65.000,00	90.000,00	65.000,00	-	-	90.000,00	65.000,00	-
45.90.61	65.000,00	90.000,00	65.000,00	-	-	90.000,00	65.000,00	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL.

Quadro A.2.11 – Despesa por Modalidade de Contratação**A.2.11 - DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	3.345,89	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.345,89	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	2.098.435,98	21.237,54	2.085.001,61
Dispensa	21.237,54	814.969,23	21.237,54	809.304,33
Inexigibilidade	613,00	1.283.466,75	613,00	1.275.697,28
Regime de Execução Especial	8.215,03	11.563,12	8.215,03	11.563,12
Suprimento de Fundos	8.215,03	11.563,12	8.215,03	11.563,12
Pagamento de Pessoal	17.881,50	3.920.668,72	17.881,50	3.920.668,72
Pagamento em Folha	-	3.570.262,00	-	3.570.262,00
Diárias	17.881,50	350.406,72	17.881,50	350.406,72
Outras	1.906,12	289.597,36	1.906,12	259.743,92

Fonte: SIAFI.

Quadro A.2.1.2 – Despesa Corrente – Créditos Recebidos por Movimentação**A.2.12 - DESPESA CORRENTE - CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	3.570.262,00	-	3.570.262,00	-	-	-	3.570.262,00
31.90.16	-	3.546.356,10	-	3.546.356,10	-	-	-	3.546.356,10
31.91.13	-	16.409,19	-	16.409,19	-	-	-	16.409,19
31.90.13	-	7.496,71	-	7.496,71	-	-	-	7.496,71
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	129.581,53	5.087.146,46	111.729,14	4.973.678,03	17.852,39	113.468,43	103.937,23	4.925.483,71
33.90.39	43.861,37	3.142.039,94	30.978,87	3.134.583,07	-	7.456,87	30.978,87	3.131.215,99
33.90.37	4.969,89	700.661,04	-	681.386,52	4.969,89	19.274,52	-	670.545,98
33.90.14	64.638,20	409.086,22	64.638,20	409.086,22	12.882,50	-	64.638,20	409.086,22
Demais elementos do grupo	16.112,07	835.359,26	16.112,07	748.622,22	-	86.737,04	8.320,16	714.635,52

Fonte: Consulta SIAFI e SIAFI GERENCIAL.

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMEN

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL.

2.3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

- Não ocorreu no exercício de 2010.

2.4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar**A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	164.479,42	-	164.211,54	267,88
2008	248.254,69	9.500,00	188.949,99	49.804,70
2007	335.702,86	211.717,86	104.340,13	19.644,87
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.166.416,98	132.976,53	1.878.753,12	154.687,33
2008	1.392.268,80	67.357,01	824.968,15	499.943,64
2007	1.421.551,33	230.807,87	1.092.141,39	98.602,07
Observações:				

2.5. Informações sobre recursos humanos da unidade.

Quadro A 5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação apurada em 31/12/2010.

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros do poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2 Servidores de Carreira	502	451	24	23
1.2.1 Servidor de carreira	291	274	5	4

vinculado ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	Não se aplica	18	1	1
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	211	159	19	19
1.3 Servidores com Contrato Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	Não se aplica	15	2	1
1.4.1 Cedidos	Não se aplica	7	1	1
1.4.2 Removidos	Não se aplica	5	0	0
1.4.3 Licença remunerada	Não se aplica	2	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	Não se aplica	1	1	0
2. Provimento de cargo em comissão	201	200	31	31
2.1 Cargo Natureza Especial	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	30	30	6	6
2.2.1 Servidor de carreira vinculado ao órgão	30	24	5	4
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	15 cargos distribuídos entre os itens 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5.	3	0	0
2.2.4 Sem vínculo	15 cargos distribuídos entre os itens 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5.	2	1	2
2.2.5 Aposentado	15 cargos distribuídos entre os itens 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5.	1	0	0
2.3 Funções gratificadas	171	170	22	26
2.3.1 Servidor de carreira vinculado ao órgão	171	147	13	15
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	34	23	9	11
3. Total	1687	1533	140	144

Quadro A 5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	1
1.2. Servidores de Carreira	71	186	130	53	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	9	6	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	24	93	61	19	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	14	10	2	2
2.3. Funções gratificadas	21	78	52	18	1

Quadro A 5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo										
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	0	18	139	166	121	4	0	0
1.3. Servidores de Contratos Temporários										
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	6	9	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	15	93	89	3	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	14	15	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	15	79	74	2	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Quadro A. 5.4– Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	14	1
1.2 Compulsório		
1.3 Invlidez Permanente	1	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	4	
2.2 Compulsório		
2.3 Invlidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: Sistema de Recursos Humanos.

Quadro A. 5.5– Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de Proventos Originário do Servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões Concedidas em 2010
1 Integral	15	1
2 Proporcional		

Fonte: Sistema de Recursos Humanos.

Quadro A. 5.6 – composição do quadro de estagiários - situação apurada em 31/12/2010

– Não houve programa de estagiários.

Quadro A. 5.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologia s/ Exercícios	Vencim e Vant.fixas	DESPESAS VARIÁVEIS						Demais Despesas Variáveis	TOTAL
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos (Códigos Sub-situação) 12, 13, 14, 16									
2008	0,00	5.135.153,22	0,00	0,00	50.539,95	0,00	847.103,63	6.032.796,80	
2009	0,00	4.794.551,20	0,00	0,00	11.002,20	0,00	0,00	4.805.553,40	
2010	0,00	5.837.250,88	0,00	0,00	133.323,20	0,00	0,00	5.970.574,08	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão (Cód.Sub-situação) 1,3,9 e 20 (S/FC/CJ)									
2008	6.605.282,33	83.937,29	689.241,75	650.748,46	110.783,45	266.180,88	1.518.909,43	9.925.083,59	
2009	7.456.679,77	145.741,71	682.229,83	251.404,18	21.003,36	300.784,74	1.470.851,55	10.328.697,14	
2010	8.457.791,35	135.445,51	916.981,82	784.451,71	83.275,06	363.681,81	2.240.894,18	12.982.521,44	
Servidores com Contratos Temporários									
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença (Cód.sub-situação) 2									
2008	1.380.621,36	0,00	156.269,11	41.733,60	0,00	38.950,82	363.621,64	1.981.196,53	
2009	1.513.004,24	0,00	147.466,34	43.060,77	0,00	39.029,02	324.087,23	2.066.647,60	
2010	1.114.714,36	9.273,70	93.441,31	44.174,40	0,00	33.137,55	263.719,60	1.558.460,92	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior (Cód.sub-situação) 1,4,5,20 com C/J									
2008	2.929.902,53	1.911.921,88	484.005,16	357.915,67	47.055,55	118.332,63	814.408,75	6.663.542,17	
2009	3.048.882,88	2.328.399,52	496.487,29	235.895,88	99.115,48	121.886,90	745.022,10	7.075.690,05	
2010	3.148.497,16	2.302.300,28	627.677,83	796.986,98	112.163,74	121.823,14	1.415.609,39	8.525.058,52	
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas (Cód.sub-situação) 1 C/FC ; 3,4,5,20									
2008	13.279.421,07	3.328.131,52	1.748.420,22	1.558.562,06	229.872,51	574.698,53	2.817.231,90	23.536.337,81	
2009	15.098.315,19	3.764.490,51	1.683.707,70	724.155,44	88.399,51	631.128,94	2.686.256,97	24.676.454,26	
2010	14.759.316,67	3.778.772,42	1.818.098,29	2.214.008,96	212.093,05	672.361,47	3.817.589,87	27.272.240,73	

1	Vencimentos e vantagens fixas - Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40,244 e 62-A da Lei nº 8.112/90, respectivamente.
Rubricas	0001-Vencimento; 0002-GAJ; 0020-Adic.Tempo Serviço; 0025-VPNI; 0026-VPI - Lei nº 10698/03

2	Retribuições - Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei nº 8112/90
Rubricas	0005-Função Comissionada; 0006-Função Com.Optante Cargo Efetivo; 0018-Cargo em Comissão Optante C.Efetivo; 0019-Cargo em Comissão; 0050-Substituição; 0151-Grat.Presença; 0152-Grat.Eleitoral; 0153-Grat.Juiz; 0154-Grat.Promotor; 0156-Grat.Presença Eleição

3	Gratificações - Valores pagos a título de gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei nº 8.112/90 (Gratificação Natalina)
Rubricas	0034-Grat.Natalina FC/CJ/AQ Treinamto; 0036-Grat.Natalina; 0008-Exerc.Anterior 13º; 0037-Grat.Natalina Proporcional

4	Adicionais - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei nº 8.112/90. (Insalubridade, HE, Adic.Noturno, 1/3 férias)
Rubricas	0060-Adic.Insalubridade; 0044-Serv.Extraordinário; 0041-1/3 Férias; 0047-Adic.Noturno; 0048-Adic.Noturno sobre Serv. extraordinário

5	Indenizações - Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei nº 8.112/90. (DIÁRIAS)
Rubricas	BANCO DE DADOS (ACCESS)

6	Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Valores pagos a título de Assistência Médica e Abono de Permanência previsto na EC nº 41/2003.
Rubricas	0027-Abono Permanência; 0028-Abono Permanência Férias; 0029-Abono Permanência 13º; 0093-Abono Permanência sem IR; 0095-Abono Perm.13º Sem IR; 0124-Reemb. Assist.Médica; 0126-Reemb.Assist.Méd.-Outro Planos; 0127-Reembolso Assist.Médica Faixa Etária;

2.5.1. Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviço.

Quadro A.5.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS													
UG/Gestão: 070011						CNPJ: 06.015.041/0001-38							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	22/2009	41.250.358/0001-50	17/06/09	17/06/11	13	13	1	1			P
2007	V	O	32/2007	00.621.158/0005-02	01/10/07	01/10/10	26	26					E
2010	V	O	38/2010	12.498.861/0001.20	01/10/10	01/10/11	30	30					A
Observação: Não consta.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Procedimentos Administrativos do TRE-AL.

Quadro A.5.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS													
UG/Gestão: 070011						CNPJ: 06.015.041/0001-38							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	48/2009	63.363.725/0001-64	19/11/09	19/07/11	18	18	1	1			P
2009	3	O	48/2009	63.363.725/0001-64	19/11/09	19/07/11	3	3					P
2006	7	O	56/2006	32.826.240/0001-36	28/12/06	28/12/10	2	2					E
Observação: Não consta.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Procedimentos Administrativos do TRE-AL.

Quadro A.5.10 – Distribuição do Pessoal Contratado – Locação de Mão de Obra.

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
22/2009	7	8	EDIFÍCIO-SEDE
22/2009	7	5	FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL
22/2009	7	1	GALPÕES DE ARMAZENAMENTO
38/2010	8	6	EDIFÍCIO-SEDE
38/2010	8	8	FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL
38/2010	8	4	FÓRUM ELEITORAL DE ARAPIRACA
38/2010	8	4	FÓRUM ELEITORAL DE RIO LARGO
38/2010	8	8	GALPÕES DE ARMAZENAMENTO
48/2009	1	15	EDIFÍCIO-SEDE
48/2009	3	2	EDIFÍCIO-SEDE
48/2009	1	3	FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL
48/2009	3	1	FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL
48/2009	1	1	GALPÕES DE ARMAZENAMENTO
56/2006	9	1	EDIFÍCIO-SEDE
56/2006	9	1	FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Procedimentos Administrativos do TRE-AL.

2.5.2. Indicadores gerenciais de recursos humanos.

Por intermédio da Resolução n.º 14.992/2009 deste TRE-AL (de 17/12/2009), foram estabelecidos os seguintes indicadores, ainda que não tenham sido efetivadas suas medições:

- CARTÓRIOS COM QUANTITATIVO ADEQUADO DE SERVIDORES:

Mede o percentual de cartórios eleitorais com quantitativo de servidores aderente ao padrão definido, para que medir a adequação dos quadros efetivos dos cartórios e subsidiar redistribuição ou criação de cargos.

- ÍNDICE DE REQUISITADOS NO TRE-AL: Mede o percentual de servidores requisitados em Cartórios e no Tribunal Regional Eleitoral, para avaliar a adequação da proporcionalidade da força de trabalho requisitada à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

- CLIMA ORGANIZACIONAL: Mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho, para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo e maximizar as que causam efeito positivo.

- CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS: Mede o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, para avaliar a necessidade de capacitação.

2.6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

- Não ocorreram no exercício de 2010.

- 2.7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaração

Declaro, para os devidos fins, em especial para os fins do disposto no Anexo I da DN TCU nº 107/2010, que as informações referentes a todos os contratos firmados em 2010 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 16 de março de 2011.

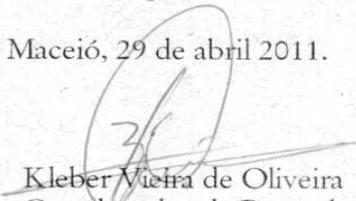

Cláudia Maria Teixeira Moreira Ramalho
Coordenadora de Material e Patrimônio

- 2.8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

Declaro que os agentes e servidores de que trata o artigo 1º da IN TCU nº 5, de 10 de março de 1994, estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas do exercício 2010, ano-base 2009.

Maceió, 29 de abril 2011.


Kleber Vieira de Oliveira
Coordenador de Pessoal

2.9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

2.10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Substituição gradual de monitores CRT por LCD e lâmpadas eletrônicas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Houve redução no consumo energético.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Ciclos de palestras e comunicação orientadora por e-mail.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Através de divulgação da coleta periódica de recicláveis. Ademais, é importante mencionar que a melhoria da relação com o meio ambiente constitui um dos objetivos do planejamento estratégico deste Órgão.				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AL	9	9
	Maceió	2	2
	Arapiraca	1	1
	Porto Calvo	1	1
	Rio Largo	1	1
	União dos Palmares	1	1
	Água Branca	1	1
	Palmeira dos Índios	1	1
	Major Isidoro	1	1
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Fonte: Registros da unidade de serviços gerais.

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AL	28	31
	Maceió	1	1
	Anadia	1	1
	Viçosa	1	1
	Coruripe	1	1
	Murici	1	1
	Pão de Açúcar	0	1
	Passo de Camaragibe	1	1
	Penedo	1	1
	Santana do Ipanema	1	1
	Arapiraca	1	1
	Capela	1	1
	Marechal Deodoro	1	1
	Quebrangulo	1	1
	Porto de Pedras	1	2
	São Brás	1	1
	Junqueiro	1	1
	Limoeiro de Anadia	1	1
	Porto Real do Colégio	0	1
	Piaçabuçu	1	1
	Delmiro Gouveia	1	1

	Olho D'água das Flores	1	1
	Maribondo	1	1
	Girau do Ponciano	1	1
	Igaci	1	1
	Cacimbinhas	1	1
	Boca da Mata	1	1
	São Sebastião	1	1
	Maravilha	1	1
	São José da Tapera	1	1
	Matriz de Camaragibe	1	1
	Subtotal Brasil	28	31
EXTERIOR	-	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	28	31

Fonte: Registros da unidade de serviços gerais.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
070011	Maceió Sede 2785.00240.50 0-2	21	5	1.024.969,35	02/06/2000		645.884,04	16.438.719,53
070011	Maceió Fórum 2785.00377.50 0-8	12	3	3.455.574,82	23/03/2007		399.213,04	876.916,91
70011	Arapiraca 2705.00026.50 0-0	23	2	120.000,00 Somente Terreno	07/03/2008			
070011	Porto Calvo 2845.00014.500 -0	21	5	65.000,00	11/12/2008		5.749,40	88.268,30
070011	Rio Largo 2853.00012.50 0-0	21	3	224.153,01	20/02/2008		108.352,79	124.799,23
070011	União dos Palmares	21	2	Falta regularizar			7.310,32	57.804,71
070011	Água Branca 2701.00018.500 -4	21	3	30.307,87	08/04/2008		5.922,51	28.309,87
070011	P. dos Índios 2825.00029.500 -8	12	1	50.000,00 construção em andamento	07/03/2008			
070011	Major Isidoro	12	1	Construção em andamento				
Total							1.172.432,10	17.614.818,55

Fonte: Registros da unidade de serviços gerais.

2.11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					X
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02 (dois) terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
--	--	--	--	--	--

2.12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

- Não houve, pois o uso de cartão corporativo foi proibido, no âmbito da Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE n.º 22.588/2007).

2.13. Informações sobre Renúncia Tributária.

- Não se aplica, pois a UG não é arrecadadora de tributos.

2.14. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	004.415/2008-9	4537-42/08-1		DE	329/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Descrição da Deliberação:					
Em cumprimento ao disposto no art. 3º da Decisão Normativa TCU nº 045/2002, de 15/05/2002, alterada pela Decisão Normativa nº 52, de 03/12/2003 e levando em conta que após o trânsito em julgado do Acórdão nº 4537/08-TCU-1ª Câmara, os responsáveis relacionados a seguir não comprovaram, no prazo estabelecido, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), encaminho a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Controle Interno – COCIN					
Síntese da providência adotada:					
Em 14/07/2010 foram efetivadas as inscrições de Djalma Marinho Muniz Falcão e Ismael Pereira Azevedo no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, ante a ausência de recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Partidário, na forma determinada no Acórdão 4537/2008-TCU-1ª Câmara.					

Síntese dos resultados obtidos
Registro no CADIN de Djalma Marinho Muniz Falcão (CPF: 000.420.131-00) e Ismael Pereira Azevedo (CPF: 005.528.945-15).
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A decisão não foi efetivada de imediato, ante a necessidade de solicitação ao Banco Central do Brasil para habilitação deste Regional no SISBACEN.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	010.019/2009-0	2557-47/09-PL	9.6	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE/MG, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Órgãos de Controle Interno dos três Poderes da União.					
Descrição da Deliberação:					
Enviar igualmente cópia das mesmas peças (relatório, voto e acórdão) aos órgãos de controle interno dos três Poderes da União, para conhecimento e adoção de providências visando ao fiel cumprimento pelos órgãos/entidades jurisdicionados do entendimento firmado no item 9.2.4 do Acórdão nº 1.276/2008 - TCU- Plenário, com a nova redação conferida pelo item 9.2 do presente acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Controle Interno – COCIN					
Síntese da providência adotada:					
Foi aprovado novo normativo interno, Ordem de Serviço nº 04/2010 da Presidência do TRE-AL, com a finalidade de conferir aplicabilidade ao entendimento do TCU emitido no item 9.2 do Acórdão nº 2557/2009 – Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Efetiva aplicação ao entendimento de que: “a utilização de suprimento de fundos para aquisição, por uma mesma unidade gestora, de bens ou serviços de mesma natureza mediante diversas compras em um único exercício, cujo valor total supere os limites dos incisos I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, constitui fracionamento de despesa, situação vedada pelos referidos dispositivos legais.”					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A definição de parâmetros acerca do que constitui mesma natureza e o que redundava em fracionamento de despesa contribui para a segurança dos procedimentos de contratação.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.818/2008-4	1074-19/09-PL		RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Supremo Tribunal Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça (vinculador); Senado Federal (vinculador); Câmara dos Deputados (vinculador); Conselho Nacional de Justiça; Ministério da Defesa (vinculador); Ministério das Relações Exteriores (vinculador); Ministério Público da União (vinculador); Superior Tribunal Militar - JM;					

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Tribunal Superior Eleitoral - JE; Tribunal Superior do Trabalho – JT e diversos Órgãos do Poder Judiciário Federal.	
Descrição da Deliberação:	
Estruturas de governança dos Órgãos e Unidades de Controle Interno. Necessidade de melhorias nas estruturas institucionais, na forma de atuação e no desenvolvimento de pessoal. Necessidade de avaliação de conveniência e oportunidade de reposicionamento hierárquico. Normatização e organização.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Tendo em vista a necessidade deste Regional de manter simetria com o TSE, na forma delineada pelo art. 11 da Lei 8.868/1994, aguarda-se definição normativa do Órgão Central do Sistema da Justiça Eleitoral. Quanto ao reposicionamento hierárquico, encontra-se em fase de análise pela Corte deste Tribunal a minuta de resolução para atender a recomendação do TCU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A pendência de definições pelo TSE acerca das recomendações proferidas pelo TCU faz com que a adoção de providências pelo gestor aguarde os parâmetros a serem definidos pelo Órgão Central da Justiça Eleitoral.	

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI E QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.

Salvo melhor juízo, não se aplicam ao TRE/AL, ante a ausência de auditoria/fiscalização do Órgão de Controle Interno ao qual está subordinado/vinculado, ou seja, do Tribunal Superior Eleitoral, ou eventualmente, do Conselho Nacional de Justiça.

- 2.15. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

A Unidade de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas efetua a análise dos procedimentos que possuem reflexos financeiros e dos atos administrativos que não geram impacto orçamentário direto, mas que demandam dúvida acerca de qual posicionamento melhor se coaduna com o princípio da legalidade.

Com efeito, são analisados procedimentos oriundos da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Administração (contratações/aquisições de bens e serviços e os pagamentos de vantagens e benefícios concedidos aos servidores).

A atuação da Coordenadoria de Controle Interno é efetivada por meio de pareceres emitidos de forma individualizada em cada processo administrativo ou mediante a emissão de relatórios de auditoria encaminhados à Administração, após a conclusão dos procedimentos específicos de auditorias realizadas nas diversas atividades desenvolvidas pelo Regional, conforme cronograma definido no Plano Anual de Atividades de Auditoria.

As recomendações, em regra, são acatadas pela Administração, caso contrário, são devidamente lançados os motivos que ensejaram o seu não atendimento ou a adoção de posicionamento diverso.

Com relação, especificamente, ao tratamento conferido pela Administração às recomendações proferidas nos procedimentos de auditoria, identificamos a existência de consideráveis atrasos no seu atendimento. Entretanto, a Administração se compromete a promover

esforços no sentido de conferir maior agilidade a tais procedimentos, de modo a garantir efetividade às orientações emitidas pela Unidade de Controle deste Tribunal.

2.16. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Por relevante, relacionamos as licitações e principais contratações realizadas no ano de 2010:

PREGÕES REALIZADOS EM 2010

<p>Processo: 6385/2009. Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 01/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem dos veículos pertencentes à frota do TRE/AL, no ano de 2010. Data abertura: 01/02/2010. Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 7250/2009. Modalidade: PREGÃO Nº 02/2010. Objeto: Aquisição de material permanente - informática - Mini-Notes (netbooks) e maletas de acondicionamento. Data abertura: 12/02/2010. Fase: Homologado em 11/03/10.</p>
<p>Processo: 6385/2009 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 03/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem dos veículos pertencentes à frota do TRE/AL, no ano de 2010. Data abertura: 24/02/2010. Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 7234/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 04/2010 Objeto: Aquisição de 198 (cento e noventa e oito) carimbos automáticos. Data abertura: 23/02/2010. Fase: Homologado em 11/03/2010.</p>
<p>Processo: 7251/2009. Modalidade: PREGÃO Nº 05/2010 Objeto: Aquisição de material permanente de informática - 20 (vinte) Mini-switch de 08 portas e 01 (um) Switch de Rede Gigabit Ethernet. Data abertura: 26/02/2010. Fase: Homologado em 11/03/2010.</p>	<p>Processo: 411/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 06/2010 Objeto: Fornecimento parcelado de material de consumo - gênero alimentício (água mineral), com vistas ao abastecimento desta Corte de justiça especializada durante o exercício 2010. Data abertura: 02/03/2010. Fase: Homologado em 12/03/2010.</p>
<p>Processo: 2390/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 07/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo - processamento de dados (fita para impressora matricial EPSON LQ 590), Data abertura: 12/03/2010. Fase: Homologado em 15/03/2010.</p>	<p>Processo: 6082/2009 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 08/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de troca de óleos lubrificantes, filtros de óleo lubrificante, de combustível e de ar, e fluido de freio, com fornecimento de material, durante o ano de 2010. Data abertura: 16/03/2010. Fase: anulado.</p>
<p>Processo: 7130/2009. Modalidade: PREGÃO Nº 09/2010.</p>	<p>Processo: 144/2010. Modalidade: PREGÃO Nº 10/2010.</p>

<p>Objeto: Aquisição de material permanente de informática - <i>storage</i>, com instalação física do equipamento. Data abertura: 26/03/2010. Fase: Homologado em 09/04/2010.</p>	<p>Objeto: Registro de Preços, para eventual aquisição de material de consumo/expediente - Papel A4 (reciclado e branco) para atender a demanda das unidades da Justiça Eleitoral neste Estado. Data abertura: 23/03/2010. Fase: Homologado em</p>
<p>Processo: 5697/2009 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 11/2010. Objeto: Registro de Preços de serviços de manutenção veicular corretiva e preventiva nas áreas de mecânica geral, elétrica, eletrônica, capotaria, vidraçaria, alinhamento, balanceamento, lanternagem, pintura, equipamentos auxiliares e demais serviços que se fizerem necessários, ao bom funcionamento dos veículos que compõem a frota do TRE/AL. Data abertura: 30/03/2010 Fase: Homologado em 05/05/2010.</p>	<p>Processo: 514/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 12/2010 Objeto: Aquisição de 18 (dezoito) bebedouros elétricos. Data abertura: 06/04/2010. Fase: Homologado em 12/04/2010.</p>
<p>Processo: 1516/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 13/2010 Objeto: Registro de Preços, para eventual aquisição de material permanente - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, para atender a demanda das unidades da Justiça Eleitoral neste Estado. Data abertura: 30/04/2010 Fase: Homologado em 05/05/2010.</p>	<p>Processo: 1975/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 14/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de operação de empilhadeira, para atender às necessidades da Justiça Eleitoral em Alagoas. Data abertura: 19/04/2010 Fase: Homologado em 26/04/2010.</p>
<p>Processo: 1430/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 15/2010 Objeto: Fornecimento de material de consumo - gênero alimentício (água mineral), para o consumo dos mesários nas Eleições de 2010 no Estado de Alagoas. Data abertura: 20/04/2010. Fase: Homologado em 27/04/10.</p>	<p>Processo: 2599/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 16/2010. Objeto: Fornecimento, mediante locação, de cadeiras e tendas plásticas. Data abertura: 23/04/2010. Fase: Fracassado.</p>
<p>Processo: 144/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 17/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo/expediente (Papel A4 - reciclado e branco), Data abertura: 28/04/2010</p>	<p>Processo: 3766/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 18/2010 Objeto: Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento parcelado de livros. Data abertura: 03/05/2010. Fase: Homologado em 06/05/2010.</p>

Fase: Homologado em 05/05/2010.	
<p>Processo: 3641/2009. Modalidade: PREGÃO Nº 19/2010. Objeto: Contratação de Pessoas Jurídicas especializadas para prestação de serviços de conserto e manutenção, com fornecimento de peças. Data abertura: 04/05/2010. Fase: deserto.</p>	<p>Processo: 467/2010. Modalidade: PREGÃO Nº 20/2010 Objeto: Contratação de empresa gráfica para edição do Planejamento Estratégico TRE/AL 2010 a 2014. Data abertura: 14/05/2010 Fase: Homologado em 18/05/2010.</p>
<p>Processo: 3080/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 21/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - lâmpadas de multi-vapores metálicos e reatores eletrônicos. Data abertura: 17/05/2010. Fase: Homologado em 18/05/2010.</p>	<p>Processo: 2090/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 22/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de fornecimento de combustíveis (5.140 litros de gasolina comum e 852 litros de óleo diesel comum). Data abertura: 18/05/2010. Fase: Homologado em 24/05/2010.</p>
<p>Processo: 152/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 23/2010 Objeto: Registro de Preços, para eventual aquisição de material de consumo - copo plástico descartável. Data abertura: 20/05/2010. Fase: Homologado em 25/05/2010.</p>	<p>Processo: 6082/2009 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 24/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de troca de óleos lubrificantes, filtros de óleo lubrificante, de combustível e de ar, e fluido de freio, com fornecimento de material, durante o ano de 2010. Data abertura: 21/05/2010 Fase: Homologado em ...</p>
<p>Processo: 1575/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 25/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo/expediente (envelopes - capa de processo geral). Data abertura: 24/05/2010 Fase: Homologado em 26/05/2010.</p>	<p>Processo: 718/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 26/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de montagem, desmontagem e recolocação de painéis divisórios e portas com visor de vidro. Data abertura: 26/05/2010 Fase: Homologado em ...</p>
<p>Processo: 2900/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 27/2010 Objeto: Locação de 2 (dois) veículos automotores para uso da Comissão de Apoio aos Juizes Auxiliares - CAJA - e da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI . Data abertura: 31/05/2010 Fase: Homologado em 04/06/2010.</p>	<p>Processo: 2693/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 28/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente - minirrack. Data abertura: 01/06/2010 Fase: Homologado em 16/06/2010.</p>
<p>Processo: 1505/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 29/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço, através de estabelecimentos conveniados, mediante o fornecimento de vales-alimentação,</p>	<p>Processo: 2342/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 30/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo - processamento de dados (toner, mouse ótico e mouse pad.</p>

<p>para serem distribuídos com os membros das mesas receptoras de votos, supervisores de local, auxiliares de eleição e membros das juntas apuradoras para as Eleições 2010.</p> <p>Data abertura: 04/06/2010 Fase: Homologado em 17/06/10.</p>	<p>Data abertura: 07/06/2010 Fase: Homologado em 06/07/10.</p>
<p>Processo: 2719/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 31/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - pneus veiculares genuínos, válvulas e câmaras de ar, com colocação dos referidos materiais, nos veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.</p> <p>Data abertura: 10/06/2010 Fase: Homologado em 14/06/2010.</p>	<p>Processo: 2841/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 32/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo de informática - sensor de temperatura e umidade e multímetro digital.</p> <p>Data abertura: 17/06/2010 Fase: Homologado em 22/06/2010.</p>
<p>Processo: 3216/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 33/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - limpeza e expediente.</p> <p>Data abertura: 18/06/2010 Fase: Homologado em 28/06/2010.</p>	<p>Processo: 3533/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 34/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - disco rígido para servidor IBM.</p> <p>Data abertura: 21/06/2010 Fase: Homologado em 1º/07/2010.</p>
<p>Processo: 1485/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 35/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de filmagem, com monitoramento e produção do material gravado, dos procedimentos da auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, mediante votação paralela, a serem realizados por ocasião das Eleições de 2010.</p> <p>Data abertura: 22/06/2010 Fase: Homologado em 14/07/2010.</p>	<p>Processo: 3633/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 36/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de Material de Consumo (gêneros alimentícios).</p> <p>Data abertura: 08/07/2010 Fase: Homologado em 14/07/2010.</p>
<p>Processo: 1515/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 37/2010 Objeto: Registro de Preços de material de consumo - material elétrico, para atender as demandas das unidades administrativas e cartorárias do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, durante os exercícios de 2010/2011.</p> <p>Data abertura: 09/07/2010 Fase: Homologado em 20/07/2010.</p>	<p>Processo: 8071/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 38/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - 02 (dois) suportes articulados para televisores de LCD para a Sala de Sessões do TRE/AL.</p> <p>Data abertura: 12/07/2010 Fase: Homologado em 13/07/2010.</p>
<p>Processo: 1757/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 39/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo -</p>	<p>Processo: 5644/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 40/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - fones de ouvido.</p>

<p>software (260 Licenças Microsoft - Atualização (upgrade) do Windons 7 Professional).</p> <p>Data abertura: 14/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 20/07/2010.</p>	<p>Data abertura: 13/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 06/08/2010.</p>
<p>Processo: 3534/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 41/2010</p> <p>Objeto: Aquisição de material de consumo - baterias para nobreaks</p> <p>Data abertura: 15/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em ...</p>	<p>Processo: 1514/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 42/2010</p> <p>Objeto: Aquisição de material de consumo - expediente/condicionamento e embalagens.</p> <p>Data abertura: 22/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 06/08/10.</p>
<p>Processo: 1486/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 43/2010</p> <p>Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para impressão gráfica de cartilhas de instrução para mesários das Eleições 2010.</p> <p>Data abertura: 16/07/2010.</p> <p>Fase: Homologado em 21/07/10.</p>	<p>Processo: 1479/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 44/2010</p> <p>Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet, para atender às necessidades da Justiça Eleitoral em Alagoas.</p> <p>Data abertura: 09/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 21/07/2010.</p>
<p>Processo: 2349/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 45/2010</p> <p>Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro) para este Regional.</p> <p>Data abertura: 19/07/2010.</p> <p>Fase: DESERTO.</p>	<p>Processo: 2079/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 46/2010</p> <p>Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de confecção e instalação de placas de indicação, com fornecimento de material, nos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado de Alagoas.</p> <p>Data abertura: 20/07/2010.</p> <p>Fase: Homologado em 20/07/2010.</p>
<p>Processo: 1371/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 47/2010</p> <p>Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro) para este Regional.</p> <p>Data abertura: 22/07/2010</p> <p>Fase: FRACASSADO/DESERTO.</p>	<p>Processo: 3427/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 48/2010</p> <p>Objeto: Aquisição de material de consumo - condicionamento e embalagem (paletes plásticos).</p> <p>Data abertura: 23/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 28/07/10.</p>
<p>Processo: 3434/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 49/2010</p> <p>Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução dos serviços de Adequação da Infraestrutura para Comunicação de Dados nos Cartórios Eleitorais.</p> <p>Data abertura: 29/07/2010</p> <p>Fase: Homologado em 05/08/2010.</p>	<p>Processo: 1438/2010</p> <p>Modalidade: PREGÃO Nº 50/2010</p> <p>Objeto: Contratação de PESSOA JURÍDICA pertinente ao ramo de transporte que coloque à disposição do TRE/AL, condutores munidos de telefone celular e respectivos automóveis.</p> <p>Data abertura: 03/08/2010</p> <p>Fase: Fracassado/deserto.</p>

<p>Processo: 3720/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 51/2010 Objeto: Aquisição de camisas personalizadas e a prestação de serviço de confecção de <i>bottons</i> personalizados aderentes, ambos para utilização nas Eleições 2010. Data abertura: 04/08/2010 Fase: Homologado em 23/08/2010.</p>	<p>Processo: 3004/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 52/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - estantes e armários. Data abertura: 05/08/2010 Fase: Homologado em 09/08/2010.</p>
<p>Processo: 3852/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 53/2010 Objeto: Registro de Preços, para eventual aquisição de material permanente - aparelhos de fax e telefônicos. Data abertura: 06/08/2010 Fase: Homologado em 15/08/2010.</p>	<p>Processo: 6434/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 54/2010 Objeto: Locação de e 03 (três) veículos automotores para atender a demanda do pleito de 2010. Data abertura: 09/08/2010 Fase: Homologado em 12/08/2010.</p>
<p>Processo: 3534/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 55/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - baterias para nobreaks. Data abertura: 10/08/2010 Fase: Homologado em 19/08/2010.</p>	<p>Processo: 8231/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 56/2010 Objeto: Contratação de empresa para aquisição de carimbos automáticos. Data abertura: 18/08/2010 Fase: Fracassado/deserto.</p>
<p>Processo: 6269/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 57/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo e permanente - ferramentas e escada. Data abertura: 20/08/2010 Fase: Homologado em 30/08/2010.</p>	<p>Processo: 639/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 58/2010 Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância patrimonial armada. Data abertura: 26/08/2010 Fase: Homologado em 30/09/2010.</p>
<p>Processo: 1531/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 59/2010 Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços concernentes às funções de eletricista para os Cartórios Eleitorais nas Eleições 2010. Data abertura: 24/08/2010 Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 5360/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 60/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviço de Apoio Técnico durante as Eleições 2010. Data abertura: 23/08/2010 Fase: Homologado em 03/09/10.</p>
<p>Processo: 5137/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 61/2010 Objeto: aquisição de material de consumo – paletes madeira. Data abertura: 25/08/2010. Fase: Homologado em 1º/09/10.</p>	<p>Processo: 1371/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 62/2010 Objeto: aquisição de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro) para este Regional. Data abertura: 24/08/2010. Fase: Deserto.</p>
<p>Processo: 2349/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 63/2010 Objeto: aquisição de 01 (um) veículo automotor novo (zero quilômetro) para este Regional.</p>	<p>Processo: 1487/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 64/2010 Objeto: contratação de Pessoa Jurídica para impressão e confecção de material gráfico para as Eleições de 2010. Data abertura: 30/08/2010</p>

<p>Data abertura: 30/08/2010 Fase: Deserto.</p>	<p>Fase: Homologado em 02/09/10.</p>
<p>Processo: 6304/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 65/2010 Objeto: contratação de Pessoa Jurídica para impressão gráfica e edição da Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Data abertura: 31/08/2010 Fase: Fracassado .</p>	<p>Processo: 2811/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 66/2010 Objeto: aquisição de material de informática – consumo e permanente – upgrade de memória, disco rígido, teclado, NAS, guia de cabos, fita para rotuladora, frentes falsas para <i>rack</i> e placas de Rede Duais. Data abertura: 1º/09/2010 Fase: Homologado em 24/09/2010.</p>
<p>Processo: 5471/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 67/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual locação de material permanente – equipamentos de projeção multimídia. Data abertura: 1º/09/2010. Fase: Homologado em 08/09/10.</p>	<p>Processo: 3834/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 68/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - capas de processo em geral. Data abertura: 02/09/2010. Fase: Homologado em 16/09/2010.</p>
<p>Processo: 9847/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 69/2010 Objeto: Aquisição de material permanente e de consumo - aparelhos de ar condicionado, tipo split, modelo HIGH WALL, e acessórios para instalação. Data abertura: 10/09/2010. Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 1258/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 70/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - lixeiras. Data abertura: 13/09/2010 Fase: Homologado em 17/09/10.</p>
<p>Processo: 7084/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 71/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente - controle de ponto/frequência biométrico e leitor/scanner biométrico usb. Data abertura: 14/09/2010. Fase: Homologado em 09/11/2010.</p>	<p>Processo: 5356/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 72/2010 Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reparo nas instalações do Cartório Eleitoral da 53ª Zona - Flexeiras. Data abertura: 15/09/2010 Fase: Homologado em 20/09/2010.</p>
<p>Processo: 1371/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 73/2010 Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor zero quilômetro. Data abertura: 20/09/2010. Fase: Fracassado/deserto.</p>	<p>Processo: 8475/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 74/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - softwares. Data abertura: 21/09/2010 Fase: Fracassado.</p>
<p>Processo: 8514/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 75/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - 02 (dois) contêineres. Data abertura: 23/09/2010. Fase: Homologado em 30/09/2010.</p>	<p>Processo: 11.123/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 76/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - pneus veiculares genuínos. Data abertura: 24/09/2010 Fase: Homologado em 29/09/2010.</p>
<p>Processo: 10.784/2010</p>	<p>Processo: 6223/2010</p>

<p>Modalidade: PREGÃO Nº 77/2010 Objeto: Registro de Preços de material permanente e de consumo - condicionadores de ar e acessórios. Data abertura: 29/09/2010 Fase: Homologado em 19/10/2010.</p>	<p>Modalidade: PREGÃO Nº 78/2010 Objeto: Registro de Preços de material de consumo - material de limpeza. Data abertura: 13/10/2010. Fase: Homologado em 22/10/2010. Os itens 11 e 12 (Lote 5), 13, 14, 15, 16 e 17 (Lote 6) e 32 foram declarados fracassados.</p>
<p>Processo: 12.074/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 79/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - café em grãos. Data abertura: 05/10/2010. Fase: Fracassado/deserto.</p>	<p>Processo: 5766/2008 Modalidade: PREGÃO Nº 80/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - sofás e mesa de centro. Data abertura: 07/10/2010. Fase: Homologado em ...</p>
<p>Processo: 6304/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 81/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para impressão gráfica e edição da Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Data abertura: 18/10/2010 Fase: Homologado em 21/10/2010.</p>	<p>Processo: 12.882/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 82/2010 Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de confecção e instalação de placas. Data abertura: 19/10/2010 Fase: Homologado em ...</p>
<p>Processo: 8475/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 83/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - softwares. Data abertura: 27/10/2010. Fase: Homologado em 29/10/10.</p>	<p>Processo: 10.048/2008 Modalidade: PREGÃO Nº 84/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - acondicionamento e embalagem. Data abertura: 26/10/2010 Fase: Deserto.</p>
<p>Processo: 12.074/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 85/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - café em grãos. Data abertura: 03/11/2010. Fase: Homologado em 05/11/2010.</p>	<p>Processo: 2135/2009 Modalidade: PREGÃO Nº 86/2010 Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviço de confecção e instalação de grades de segurança. Data abertura: 03/11/2010 Fase: Fracassado.</p>
<p>Processo: 5766/2008 Modalidade: PREGÃO Nº 87/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - sofás e mesa de centro. Data abertura: 05/11/2010 Fase: Homologado em 11/11/10.</p>	<p>Processo: 15.481/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 88/2010 Objeto: Aquisição de material de informática - consumo e permanente - upgrade de memória, disco rígido, guia de cabos e placas de rede duais. Data abertura: 08/11/2010 Fase: Fracassado.</p>
<p>Processo: 11.691/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 89/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - ferramentas. Data abertura: 17/11/2010 Fase: Fracassado/deserto.</p>	<p>Processo: 19.630/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 90/2010 Objeto: Registro de Preços de material de consumo - material de limpeza. Data abertura: 19/11/2010 Fase: Homologado em 24/11/2010.</p>

<p>Processo: 12.882/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 91/2010 Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de confecção e instalação de placas. Data abertura: 22/11/2010 Fase: Homologado em 29/11/10.</p>	<p>Processo: 218/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 92/2010 Objeto: Aquisição de material permanente - 07 (sete) poltronas ergonômicas. Data abertura: 23/11/2010 Fase: Fracassado/deserto.</p>
<p>Processo: 14.372/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 93/2010 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reserva e emissão de bilhetes de passagens aéreas. Data abertura: 29/11/2010 Fase: Homologado em 02/12/10.</p>	<p>Processo: 18.893/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 94/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para executar os serviços de recuperação do revestimento de fachadas, aberturas para ventilação do subsolo e revisão da cobertura do Edifício-Sede deste Tribunal. Data abertura: 10/12/2010 Fase: Fracassado/deserto.</p>
<p>Processo: 13.759/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 95/2010 Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de seguro total para os veículos integrantes da frota deste Tribunal. Data abertura: 13/12/2010 Fase: Homologado em 14/12/2010.</p>	<p>Processo: 13.414/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 96/2010 Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustíveis para o exercício 2011. Data abertura: 14/12/2010 Fase: Homologado em 17/12/2010.</p>
<p>Processo: 10.048/2008 Modalidade: PREGÃO Nº 97/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - acondicionamento e embalagem. Data abertura: 14/12/2010 Fase: Deserto.</p>	<p>Processo: 23.632/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 98/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada, do ramo da construção civil, para a prestação de serviços de conservação e recuperação de áreas específicas do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Data abertura: 10/12/2010 Fase: Homologado em 17/12/2010.</p>
<p>Processo: 1.882/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 99/2010 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços reprográficos em preto e branco. Data abertura: 16/12/2010 Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 10.647/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 100/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de serviços de chaveiro. Data abertura: 12/01/2011 Fase: Homologado em 03/02/2011.</p>
<p>Processo: 20.352/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 101/2010 Objeto: Aquisição de material de consumo - 06 (seis) pneus veiculares genuínos. Data abertura: 13/01/2011 Fase: Fracassado.</p>	<p>Processo: 14.212/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº 102/2010 Objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços de lavagem de veículos. Data abertura: 14/01/2011 Fase: Homologado em 19/01/2011.</p>
<p>Processo: 13.920/2010 Modalidade: PREGÃO PRES. Nº</p>	<p>Processo: 11.489/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 104/2010</p>

<p>103/2010 Objeto: contratação de empresa para fornecimento de óleos lubrificantes, filtros de óleo lubrificante, de combustível e de ar, e fluido de freio. Data abertura: 17/01/2011 Fase: Homologado em 21/01/2011.</p>	<p>Objeto: Aquisição de dispositivos eletrônicos - programador de horário digital e contador. Data abertura: 18/01/2011 Fase: Fracassado.</p>
<p>Processo: 13.289/2010 Modalidade: PREGÃO Nº 105/2010 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente - equipamentos e utensílios domésticos. Data abertura: 24/01/2011 Fase: Homologado em 15/02/2011. Foram declarados fracassados os itens 3,8,10 e 11</p>	

TOMADAS DE PREÇOS REALIZADAS NO ANO DE 2010

<p>Processo: 3070/2009 Modalidade: TP Nº 01/2010 Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviços elétricos de baixa tensão que englobarão a substituição do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), readequação da malha de aterramento, substituição dos cabos de força dos quadros de distribuição, balanceamento das fases, revisão em todas as tomadas e demais serviços, com fornecimento de materiais, produtos e equipamentos necessários, no Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Data abertura: 05/04/2010. Fase: Fracassada.</p>
<p>Processo: 7356/2010 Modalidade: TP Nº 02/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada para elaboração de projeto de instalações elétricas e de rede lógica no Edifício-Sede do TRE/AL. Data abertura: 08/09/2010. Fase: Homologado em 25/11/2010.</p>
<p>Processo: 2692/2010 Modalidade: TP Nº 03/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada para os serviços de Elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e do Projeto Executivo de Recuperação Estrutural para o Edifício-Sede do TRE/AL. Data abertura: 23/09/2010. Fase: Homologado em 25/11/2010.</p>
<p>Processo: 3708/2009 Modalidade: TP Nº 04/2010 Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada para elaboração de projeto de modernização do elevador instalado no edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Data abertura: 25/10/2010. Fase: Fracassado.</p>

CONTRATOS PACTUADOS EM 2010

CONTRATADO- CNPJ/CPF	OBJETO	VENC.	VALOR	PROC.
Petrocard Administradora de Crédito Ltda CNPJ Nº 08.201.104/0001- 76	Serviços de gestão de abastecimento de combustíveis (Gasolina e Diesel), com a utilização de cartões eletrônicos, para atender à frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, aos veículos locados e/ou requisitados, além dos grupos-geradores situados no Edifício Sede e Fórum Eleitoral de Maceió, durante o ano de 2010.	31/12/2010	122.890,33	5.648/2009
JRM Comércio Importação e Exportação Ltda. CNPJ Nº 10.836.941/0001- 13	Aquisição de Água Mineral, a ser destinada ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	31/12/2010	856,00	9.269/2009
Visão Turismo Ltda. CNPJ nº 16.482.762/0001- 01	Serviços de reserva e emissão de bilhetes de passagens aéreas para o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas,	31/12/2010	128.528,00	7.587/2009
James Marcos Freire CPF Nº 926.679.374-49	Transporte auxiliar de material e pessoal durante o Recadastramento Biométrico de Jaramataia/AL.	30/03/2010	3.108,00	9.355/2009
SERQUIP TRATAMENTOS RESÍDUOS AL LTDA CNPJ Nº 06.121.325/0001- 09.	Serviços de coleta de resíduos sólidos dos serviços de saúde, produzidos nas dependências da Coordenadoria de Assistência Médica e	04/03/2011	3.120,00	8.064/2009

	Odontológica.			
Kleber Gastão Cavalcanti de Oliveira ME CNPJ Nº 00.629.986/0001-63	Fornecimento parcelado de 4.160 (quatro mil, cento e sessenta) garrafas retornáveis de água mineral,	31/12/2010	14.393,60	411/2010
Jenizete de Oliveira Santos CPF Nº 088.282.104-00	Locação do imóvel situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 51, Centro, Porto Real do Colégio/AL.	13/04/2015	30.000,00	8.823/2009
G.L.C. SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. CNPJ Nº 04.583.393/0001-64	Serviços de dedetização, descupinização, desratização e barreira de contenção (barreira química), com fornecimento de material, em imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	31/12/2010	3.890,00	1.857/2010
Iranilda Alves do Rosário CPF Nº 073.844.754-49	Serviços de lavanderia para o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	31/12/2010	1.828,20	5.897/2009
Amorim e Trematerra Ltda. CNPJ Nº 06.372.054/0001-64	Serviços de lavagem de veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	31/12/2010	3.432,00	6.385/2009
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UNIÃO DOS PALMARES/AL CNPJ Nº 24.178.568/0001-65	Cessão temporária de uso de 20 (vinte) Urnas Eletrônicas, com microterminal, 20 (vinte) cabines de votação, 03 (três) urnas eletrônicas de contingência e 05 (cinco) urnas de lona.	08/06/2010	0,00	2.406/2010
CONSELHO				

MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVO LINO/AL. CNPJ Nº 12.248.878/0001-20	Cessão temporária de uso de 10 (dez) Urnas Eletrônicas, com microterminal, 10 (dez) cabines de votação, 02 (duas) urnas eletrônicas de contingência e 02 (duas) urnas de lona.	08/06/2010	0,00	2.323/2010
PORTOCALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ Nº 10.878.081/0001-80	Serviços de operação de empilhadeira, para atender às necessidades da Justiça Eleitoral em Alagoas.	31/12/2010	18.500,41	1.975/2009
IMPRIMA SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. CNPJ Nº 08.108.612/0001-04	Serviços gráficos.	31/12/2010	15.000,00	3.766/2009
AUTO POSTO COMENDADOR LTDA. CNPJ Nº 09.280.520/0003-31	Fornecimento de combustíveis, gasolina comum e óleo diesel comum.	31/12/2010	15.162,28	2.090/2010
Bastos Comércio de Livros Ltda. CNPJ Nº 11.116.850/0001-76	Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento parcelado de livros na área jurídica e outras áreas específicas de interesse.	07/07/2010	1.200,00	3.766/2009
GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS CNPJ Nº 92.559.830/0001-71	Prestação de serviço, através de estabelecimentos conveniados, mediante o fornecimento de vales-alimentação.	31/12/2010	1.001.939,32	1.505/2010
MC ÓLEOS E LUBRIFICANTES LTDA.	Serviços de troca de óleos lubrificantes,	31/12/2010	5.447,85	6.082/2009

CNPJ Nº 35.728.310/0001-01	filtros de óleo lubrificante, de combustível e de ar, e fluido de freio			
Clen Car Lava A Jato Ltda. CNPJ Nº 69.986.826/0001-78	Serviços de lavagem de veículos pertencentes ou sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.	31/12/2010	6.960,00	6.385/2009
V. ARRUDA LINHARES (STARFOX VÍDEOS) CNPJ Nº 10.576.764/0001-83	Prestação de serviço de filmagem.	15/11/2010	17.200,00	1.485/2010
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ Nº 34.028.316/0004-56	Serviços de transporte das urnas eletrônicas e materiais de eleição.	30/11/2010	1.063.282,40	1.372/2010
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. CNPJ Nº 33.530.486/0001-29	Serviço de tarifação reversa, com utilização do prefixo 0800, tendo por objetivo a disponibilidade do "DISQUE DENÚNCIA".	31/11/2010	9.356,25	4.438/2010
Leonildo Correia Costa Filho CPF Nº 636.271.164-53	Locação do imóvel situado à Rua João Pessoa, nº 147, Centro - Quebrangulo/AL.	12/11/2011	6.120,00	9.652/2010
ALASERGE ALAGOAS SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ Nº 04.727.003/0001-82	Serviços de Adequação da Infraestrutura para Comunicação de Dados nos Cartórios Eleitorais de Alagoas.	26/11/2010	49.015,98	3.434/2010
Marco Antônio Campos Tavares CPF Nº 447.202.704-68	Locação do imóvel situado à Avenida Ferreira de Novais, nº	31/08/2015	55.500,00	4.359/2008

	949, Centro - Pão de Açúcar/AL.			
Manoel Januário de Souza CPF nº 026.379.364-87	Locação do imóvel situado à Ladeira Antônio Francisco Ramos, s/n – Centro, Porto de Pedras/AL.	02/08/2015	21.000,00	1.654/2010
Secretariado de Assistência Social Juvenópolis CNPJ nº 12.183.968/0001-80	Doação de materiais de consumo.	03/09/2010	R\$ 0,00	3.820/2009
Associação Pestalozzi de Maceió CNPJ Nº 12.450.268/0001-04	Doação de materiais de consumo, pertencentes ao DOADOR .	03/09/2010	0,00	3.820/2009
Santa Casa de Misericórdia de Maceió CNPJ Nº 12.307.187/0001-50	Doação de materiais de consumo.	02/09/2010	0,00	3.820/2009
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ Nº 34.028.316/0004-56	Serviço de pagamento de remessa de numerário aos mesários.	31/12/2010	7.534,80	1.506/2010
EMPRESA ELO ENGENHARIA LTDA - EPP. CNPJ nº 05.582.326/0001-98	Serviços de apoio técnico aos supervisores de locais de votação e Auxiliar de Eleição.	31/12/2010	540.300,00	5.360/2010
Alisson Honório Pereira dos Santos – Highsom Produções CNPJ nº 11.754.292/0001-74	Serviços de operação e monitoramento do sistema de sonorização e gravação.	28/09/2010	4.291,50	1.713/2010
ALASERGE ALAGOAS				

SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ nº 04.727.003/0001-82	Prestação, de forma não contínua, dos serviços de manutenção de rede elétrica predial.	20/11/2010	95.573,79	1.531/2010
COOPERATIVA MISTA RÁDIO TELETÁXI DE MACEIÓ CNPJ nº 24.312.944/0001-62	Transporte auxiliar de material e pessoal da Justiça Eleitoral de Alagoas em virtude das atividades preparatórias das Eleições 2010.	31/12/2010	131.700,01	12.814/2010
Betânia Araújo da Silva CPF Nº 539.811.384-49	Locação do imóvel situado na Praça da Estação, s/n – Centro, Igaci/AL.	05/10/2015	45.000,00	5.885/2010
CORDEIRO E FARIAS LTDA. CNPJ Nº 01.774.589/0001-48	Prestação de serviço de fornecimento de lanches aos Membros e servidores do TRE/AL.	20/12/2010	4.725,00	10.482/2010
M.M. CÉSAR SILVA & CIA LTDA. CNPJ Nº 07.900.720/0001-52	Transporte auxiliar de material e pessoal da Justiça Eleitoral de Alagoas decorrente das atividades preparatórias e de execução das Eleições 2010.	31/12/10	473.788,19	1.428/2010
Nordeste Segurança e Transporte de Valores Alagoas Ltda. CNPJ Nº 12.498.861/0001-20	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada.	1º/10/11	688.328,09	639/2010
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. CNPJ N.º 61.797.924/0002-36	Prestação de serviços de extensão da garantia de microcomputadores.	07/11/13	6.942,86	2.537/2007
José Flavio Anacleto CPF Nº 087.847.524-91	Locação do imóvel situado na à Avenida Menino Marcelo.	16/11/15	520.457,40	8.052/2010

Patury e Cia. Ltda. CNPJ N° 04.339.950/0001-04	Aquisição de 01 (um) veículo novo (zero quilômetro) para este Regional.	31/12/10	84.000,00	1.371/2010
EDERGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA. CNPJ n° 10.780.913/0001-21	Impressão gráfica e edição da Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	31/12/10	7.800,00	6.304/2010
Thaciany Ferreira de Souza, Roberto Raphael Ferreira de Souza e Lúcia Roberta Ferreira de Souza, representados por seu procurador, Sr. José Roberto de Souza CPF N° 111.026.244-20	Locação do imóvel situado à Rua Tenente José Tomé, n° 208 - Centro, Marechal Deodoro/AL	09/12/11	5.955,48	8.500/2010
Aloízio Moreira Ávila CPF N° 151.649.774-00	Locação do imóvel situado à Rua Frederico Maia, n° 11, Centro, Viçosa/AL.	11/11/15	36.000,00	8.959/2010
ELEMAC ELEVADORES LTDA. CNPJ N° 04.722.126/0001-20	Serviços de modernização de elevador.	07/03/11	43.720,00	21.909/2010
NIXCOMM PROJETOS ESPECIAIS EM TECNOLOGIA LTDA. CNPJ n° 10.264.152/0001-55	Elaboração de projeto de instalações elétricas e de rede lógica.	20/03/11	22.269,88	7.356/2010
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A. CNPJ N° 61.074.175/0001-38	Serviço de seguro total de veículos integrantes da frota deste Tribunal.	28/12/11	11.700,00	13.759/2010
UNICOPA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ N° 07.589.288/0002-	Aquisição de 1.000 (mil) baterias de chumbo ácido para urnas	17/01/11	28.360,00	20.908/2010

01	eletrônicas.			
SMS TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA. CNPJ Nº 48.715.759/0001-87	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) <i>NO-BREAKS</i> .	30/12/10	60.000,00	24.607/2010

2.17. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada (Parte B, item 1, DN TCU n.º 107/2010).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa: UJ			Código da UG:
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas			070011
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante aos:</p> <p>a) Bens registrados na conta 1.4.2.1.0.00.00 – Ativo Imobilizado, uma vez que o Inventário anual 2010 ainda não foi concluído, apresentando em seu relatório final pendências a serem apuradas por este Regional.</p>			
Local	Maceió-AL	Data	1º de março de 2011.
Contador Responsável	Diego Padilha de S. Mineiro	CRC nº	5935/0-0 – AL

2.18. Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário.

QUADRO C.1.8 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TRE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
DEM	DEMOCRATAS	25	29/03/07	José Thomaz da Silva Nonô Netto	29/03/2007 a AD NUTUM
PC do B	Partido Comunista do	65	04/10/09	Eduardo Bonfim	04/10/2009 a

	Brasil			Gomes Ribeiro	10/10/2011
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	29/03/08	Diógenes Alves Paes	29/03/08 a 29/03/11
PCO	Partido da Causa Operária	29	01/07/04	Alexandre Gallo	01/07/2004 a AD NUTUM
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	03/06/09	Ronaldo Augusto Lessa Santos	03/06/2009 a 28/11/2011
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	23/01/11	Marcos André Omena da Silva	23/01/11 a AD NUTUM
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	06/12/09	José Renan Vasconcelos Calheiros	06/12/09 a 06/12/11
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	14/09/09	José Francisco Cerqueira Tenório	14/09/2009 AD NUTUM
PP	Partido Progressista	11	01/04/10	Benedito de Lira	01/04/10 a 31/05/11
PPS	Partido Popular Socialista	23	25/07/09	José Régis Barros Cavalcante	25/07/09 a 25/07/11
PR	Partido da República	22	09/03/07	Maurício Quintella Malta Lessa	09/03/07 a 08/03/11
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	01/02/08	Euclides Affonso de Mello Neto	01/02/08 a AD NUTUM
PRP	Partido Republicano Progressista	44	12/09/09	Marcelo Marcos Rocha Souto	12/09/09 a 21/02/11
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	15/11/09	Adeilson Teixeira Bezerra	15/11/09 a 18/05/11
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	30/10/08	Kátia Born Ribeiro	30/10/08 a 29/10/11
PSC	Partido Social Cristão	20	04/05/09	Marcos Antônio Moreira Calheiros	04/05/09 a AD NUTUM
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	06/08/09	Claudionor Araújo	06/08/09 a 06/08/11
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	27/04/07	Samyr Malta Amaral	27/04/07 a 01/06/11
PSL	Partido Social Liberal	17	30/12/09	Romero da Rocha Baia	30/12/09 a 02/12/10
P-SOL	Partido Socialismo e Liberdade	50	25/07/09	Mário Agra Júnior	25/07/09 a 25/07/11
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	10/06/08	Manoel de Assis da Silva	10/06/08 a 10/06/10
PT	Partido dos Trabalhadores	13	20/01/10	Joaquim Antônio de Carvalho Brito	20/01/10 a 19/01/2013
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70	22/02/10	Antônio Marco Toledo	22/02/10 a 21/02/14
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	17/12/09	Fernando Affonso Collor de Mello	17/12/2009 a 15/05/2011
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	17/03/10	Francisco Carlos Rocha de Mello	17/03/10 a 16/03/2011
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	28/03/10	João Henrique Holanda Caldas	28/03/10 a 19/04/11
PV	Partido Verde	43	29/11/10	Sandra do Carmo de Menezes	29/11/10 a 14/03/11

Fonte: Registros do TRE-AL.

QUADRO C.1.9 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS (valores em R\$)			
SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2010*	2009	2008
PMDB		392.108,92	339.527,57
PTB		14.400,00	
PDT			
PT		9.174,08	55.121,72
DEM		162.000,00	160.000,00
PC DO B			
PSB		8.000,00	
PSDB		211.497,52	434.981,20
PTC			
PSC			
PMN			
PRP			
PPS		30.000,00	70.000,00
PV		58.009,28	
PT DO B			
PP		255.000,00	170.000,00
PSTU			
PCB			
PRTB			
PHS			
PSDC			
PCO			
PTN			
PSL			
PRB			
PSOL		33.140,73	37.647,85
PR			55.700,39
TOTAIS		1.173.329,93	1.322.978,73

QUADRO C.1.10 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA			
SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009		
	DATA	NÚMERO DO PROCESSO	SITUAÇÃO
PMDB	29/04/10	260-68	AN

PTB	30/04/10	290-06	AN
PDT	16/06/10	523-03	AN
PT	30/04/10	272-82	AN
DEM	20/04/10	232-03	AN
PC DO B	30/04/10	274-52	AN
PSB	03/05/10	292-73	AN
PSDB	30/04/10	269-30	AN
PTC	-	-	-
PSC	19/04/10	231-18	AN
PMN	30/04/10	278-89	AN
PRP	-	-	-
PPS	30/04/10	280-59	AN
PV	30/04/10	274-52	AN
PT DO B	30/04/10	270-15	AN
PP	30/04/10	271-97	AN
PSTU	-	-	-
PCB	-	-	-
PRTB	-	-	-
PHS	-	-	-
PSDC	17/06/10	530-92	AN
PCO	-	-	-
PTN	-	-	-
PSL	-	-	-
PRB	30/04/10	291-88	AN
PSOL	26/04/10	235-55	AN
PR	28/04/10	259-83	AN

SITUAÇÃO (LEGENDA):

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

QUADRO C.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2009	
SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PTC	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PRP	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PSTU	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL

	PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PCB	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PRTB	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PHS	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PCO	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PTN	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010
PSL	INTIMADO PARA PRESTAR CONTAS, INFORMAÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL PARA SUSPENSÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E CONHECIMENTO AO TSE - PROC. 4715/2010

QUADRO C.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETORIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS					
SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2009	2008	2007	2006	2005
PMDB	AN	AN	AR	AR	AP
PTB	AN	AR	AR	DP	DP
PDT	AN	AN	AN	DP	-
PT	AN	DP	AR	DP	DP
DEM/PFL	AN	AR	AP	AR	AR
PC DO B	AN	AP	AR	AR	AR
PSB	AN	DP	AN	DP	DP
PSDB	AN	AP	AR	AR	AR
PTC	-	-	-	DP	DP
PSC	AN	AN	DP	DP	DP
PMN	AN	AR	AN	DP	DP
PRP	-	-	-	-	DP
PPS	AN	AR	AP	DP	DP
PV	AN	AP	AR	AP	DP
PT DO B	AN	DP	DP	DP	DP
PP	AN	AR	AP	AR	AP
PSTU	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-
PRTB	-	-	-	-	AP

PHS	-	-	DP	-	DP
PSDC	AN	DP	DP	DP	AR
PCO	-	-	-	-	-
PTN	-	-	DP	-	-
PSL	-	DP	-	DP	DP
PRB	AN	AR	AR	AR	AP
PSOL	AN	AP	AR	AR	AR
PR/PL/PRONA	AN	AR	DP	DP	AR

SITUAÇÃO (LEGENDA):

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – PARTIDOS POLÍTICOS TCE – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS				
SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIO	Nº PROCESSO TRE	LOCALIZAÇÃO	VALOR DO FUNDO PARTIDÁRIO
PDT	2004	9675/2008	TCU	R\$ 50.155,43
PSB	2004	1770/2009	TCU	R\$ 100.489,90
PSB	2005	3993/2009	TCU	R\$ 104.580,20
PSB	2006	3864/2009	TCU	R\$ 255.626,72
PR	2006	5337/2010	COCIN	R\$ 66.551,60

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O exame deste relatório permite-nos chegar à conclusão de que as atividades orçamentárias, financeiras e administrativas, realizadas ao longo de 2010 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, tiveram por norte a estrita observância aos paradigmas institucionais definidos no art. 37 da Constituição Federal.

Os dados coletados para a feitura do presente instrumento tiveram origem nos procedimentos administrativos levados a termo no exercício de referência, bem como retratados nos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico desta corte, os quais se encontram devidamente arquivados e à inteira disposição para auditoria interna e externa pelos Órgãos e Unidades competentes.

Acreditamos que a gestão desenvolveu-se de forma eficiente, permitindo que a Justiça Eleitoral tenha cumprido com o seu dever institucional para com o Estado de Alagoas e o País.

Maceió - AL, 29 de abril de 2011.

Desembargador Orlando Monteiro Cavalcanti Manso
PRESIDENTE